



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2026

EDITAL

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 05 de maio de 2026.

HORÁRIO: 09:00h

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir da publicação do aviso no D.O.U.

UASG: 200045 – PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: www.comprasnet.gov.br

A PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO, conforme o Processo n.º 1.02.000.000088/2026-87, comunica aos interessados que fará realizar licitação, sob a modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, pelo modo de disputa **ABERTO**, mediante recursos de criptografia e autenticação, em todas as suas etapas, nos termos da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2001, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto n.º 8.538, de 6 de outubro de 2015, e demais normas pertinentes, com as suas respectivas alterações, para a contratação dos serviços especificados no item subsequente deste Edital. O futuro contrato há de ser executado indiretamente, sob o regime de empreitada por preço global.

1. OBJETO

- 1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de operação e manutenção preventiva e corretiva, com disponibilização de mão de obra residente, fornecimento de peças (mediante ressarcimento), ferramentas, insumos, materiais de consumo e softwares de diagnóstico. O objeto abrange a totalidade do sistema de climatização da Procuradoria Regional da República – 2ª Região, situada na Avenida Almirante Barroso, nº 54 – Centro, Rio de Janeiro-RJ (Ed. Valparaíso), contemplando os sistemas do tipo VRF (Variable Refrigerant Flow), splits, sistema de renovação de ar e cortinas de vento de todos os pavimentos, bem como os equipamentos de climatização (ar-condicionado e cortinas de vento) do pavimento térreo da sede situada à Rua México, 158, Centro, Rio de Janeiro-RJ, visando atender às necessidades destas Unidades. Conforme condições e exigências estabelecidas no acervo documental que dá suporte técnico à contratação, na forma deste Edital e seus Anexos.
- 1.2 São partes integrantes deste Edital:
- a) Anexo I – Termo de Referência;
 - b) Anexo II – Minuta do Futuro Contrato;
 - c) Anexo III – Modelo de declaração para ser enviado na fase de **habilitação**;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

- d) Anexo IV – Modelo de Declaração de Sustentabilidade
- e) Anexo V-A – Termo de Vistoria Técnica
- f) Anexo V-B – Termo de Dispensa de Vistoria Técnica
- g) Anexo VI – Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública.
- h) Anexo VII- – Proposta Comercial Padrão
- i) Anexo VII-B – Modelo de Planilhas de Custos e Formação de Preços;

2 DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam às condições exigidas neste edital e em seus anexos, que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal.

2.1.1 A licitante, que deverá estar inscrita no sistema eletrônico “Comprasnet”, no site **www.comprasnet.gov.br** (o qual é de acesso livre - SICAFWEB), deverá providenciar o seu credenciamento dentro do serviço “Pregão Eletrônico”.

2.1.2 Com fulcro no artigo 6º do Decreto n.º 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o artigo 48 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, **será conferido tratamento diferenciado às Microempresas e Empresa de Pequeno Porte**, desde que sejam do ramo de atividade relacionada ao objeto deste Edital, legalmente constituídas, e que satisfaçam as exigências fixadas neste Edital e apresentem os documentos nele exigidos.

2.1.3 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2 Não poderão participar do presente Pregão as sociedades empresárias que estiverem em dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, as sociedades empresárias estrangeiras que não funcionem no País, bem como aquelas que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou que estejam impedidas de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

Licitar e Contratar com a União ou com a Procuradoria Regional da República da 2ª Região.

- 2.2.1 Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, pois há, assim, plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.
- 2.2.2 A participação de consórcio de empresas é admitido, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 15, da Lei nº 14.133/2021.
- 2.3 Não poderão participar do presente Pregão as sociedades empresárias prestadoras de serviços que tenham sócios, gerentes ou diretores, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes, até o terceiro grau, de membros, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, dos órgãos do Ministério Público da União (Ministério Público Federal, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios), nos termos das Resoluções n.º 01, de 07/11/2005, n.º 07, de 17/04/2006, e n.º 37, de 28/04/2009, todas do Conselho Nacional do Ministério Público.
- 2.4 Na forma da Lei nº 14.133/21, não poderão participar desta licitação, além daqueles que não atendem às condições deste Edital e seus Anexos.
- 2.4.1 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.4.2 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.4.3 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.4.4 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- 2.4.5 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.4.6 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.4.7 Agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante.
- 2.4.8 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.
- 2.5 Os documentos de habilitação, proposta técnica/comercial e quaisquer correspondências e documentos a elas relativos deverão ser escritos em língua portuguesa.
- 2.5.1 Os impressos de caráter técnico, inclusive os certificados que comprovem sistemas de qualidade, se for o caso, poderão estar escritos em outro idioma em tradução livre.
- 2.5.2 Para fins de assinatura do contrato, os documentos de que trata a alínea anterior serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 2.6 A licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, **que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua **proposta está em** conformidade com as exigências do instrumento convocatório, na forma do art. 63, I, da Lei nº 14.133/21.
- 2.7 **A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.**
- 2.8 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

- 2.9 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados neste item, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.10 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação da proposta ou inabilitação neste Pregão.

3 DO ENVIO DA PROPOSTA

- 3.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e **subsequente encaminhamento da proposta comercial compatível com as especificações do objeto deste pregão.**
- 3.1.1 A proposta deve ser encaminhada exclusivamente por meio do sistema eletrônico (comprasnet), a partir da divulgação do Edital, até a data e hora (horário de Brasília) determinados para abertura da sessão.
- 3.1.2 Somente será admitida proposta para o objeto integral deste pregão.
- 3.2 As propostas deverão **definir inequivocamente o objeto ofertado, informando a marca e o modelo**, quando for o caso, encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, devendo no valor ofertado estar inclusos todos os impostos, taxas, fretes, embalagens, seguro e demais encargos.
- 3.2.1 No campo reservado para especificações complementares, a(s) licitante(s) deverá(ão) somente complementar informações adicionais que se façam necessárias, esclarecendo que aquelas informações que conflitarem com o Edital ensejarão a desclassificação da empresa no item. Não havendo informação adicional, em atendimento à exigência do sistema, basta que a empresa declare no citado campo: **“Conforme Edital”**.
- 3.3 Para fins do disposto no **subitem 5.8** deste Edital, a empresa licitante deverá informar o CNPJ do estabelecimento (matriz e/ou filial) que emitirá a Nota Fiscal.
- 3.4 A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.
- 3.5 **Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, ou de sua desconexão.

- 3.6 Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou anexos não solicitados, considerando-se que, pelo preço proposto, a empresa obrigarse-á à prestação dos serviços descritos neste Edital.
- 3.7 As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**.
- 3.8 A simples participação neste certame implica:
- 3.8.1 Concordância com todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.
- 3.8.2 **A ciência de que o limite mensal máximo aceitável da contratação é o disposto no subitem 4.11.1 deste Edital.**
- 3.8.3 A ciência de que, no preço final proposto, estão incluídos todos os tributos e demais encargos.
- 3.8.4 A ciência de que os prazos para a execução dos serviços são aqueles fixados no Termo de Referência (Anexos I);
- 3.8.5 **Na ciência de que a licitante, optante pelo Simples Nacional, que venha a ser contratada, não poderá se beneficiar da condição de optante, inclusive quanto à composição da planilha de custos e formação de preços (anexo VII - A e B), e estará sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II, e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, conforme o Acórdão n.º 2798/2010 - Plenário do TCU.**
- 3.8.6 **Na ciência de que a licitante contratada, tendo em vista a vedação expressa contida no art. 17 da Lei Complementar 123/2006, que estabelece o regime diferenciado de tributação (Simples Nacional), deverá comunicar, obrigatoriamente, à Receita Federal da situação ensejadora da sua exclusão do Simples Nacional, sob pena das sanções previstas na legislação tributária.**
- 3.8.7 **Na hipótese do item anterior, a licitante contratada deverá apresentar à Contratante cópia do ofício, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção pelo Simples**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Nacional) à Receita Federal do Brasil, no prazo previsto no art. 30, § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos do Acórdão n.º 2798/2010-Plenário do TCU.

- 3.9 No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.
- 3.10 Somente serão aceitos valores cotados em moeda nacional - Real (R\$).

4 DOS PROCEDIMENTOS

- 4.1 Será iniciada a sessão pública do Pregão com a verificação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas. No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL MENSAL**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital e de seus Anexos.
- 4.2 Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório e seus anexos, sendo desclassificadas, as que estiverem em desacordo.
- 4.3 No curso da fase de lances, os participantes poderão encaminhá-los, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.
- 4.4 Os participantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para a abertura da sessão, e as regras estabelecidas neste Edital.
- 4.5 O participante somente poderá oferecer lance com valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o **intervalo mínimo de R\$ 300,00 (trezentos reais)** do valor estimado de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 4.6 No caso de dois, ou mais, lances de mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 4.7 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 4.8 O modo de disputa deste pregão é o **ABERTO**, onde a etapa inicial de envio de lances na sessão pública é de dez minutos, que será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

4.8.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida, a sessão pública será encerrada automaticamente.

4.8.2 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, na forma deste item, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

4.9 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes do item 6 deste Edital.

4.10 No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por meio da aplicação do procedimento previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, vedado qualquer outro processo.

4.11 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito, podendo encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas, diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico podendo ser acompanhada pelas demais licitantes, observado o art. 61, da Lei nº 14.133/2021.

4.11.1 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preço acima do valor estimado, conforme a tabelas a seguir:

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE CLIMATIZAÇÃO	
ITEM	VALOR MÁXIMO ESTIMADO MENSAL
01	R\$ 52.549,57

4.12 Após a fase de negociação, a Proposta Comercial (Anexo VII), atualizada com o lance final, deverá ser remetida via anexo do Sistema Comprasnet, no prazo mínimo e inicial de 03 (três) horas, após solicitação do Pregoeiro, acompanhada das planilhas de formação de preço e documentos complementares, caso solicitado.

4.12.1 O prazo acima referido poderá ser prorrogado, de forma justificada, pelo pregoeiro, respeitando-se a isonomia entre os participantes, com vistas a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

4.12.2 Na forma do item 4.24, do Termo de Referência (Anexo I), somente serão aceitas propostas que adotarem, na planilha de custos e formação de preços (PCFP), valor igual, ou superior, para os itens SALÁRIO e AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO, ao fixado pela Convenção Coletiva de Trabalho SINDISTAL/SINTRAINDISTAL-RJ 2025/2027 (Registro MTE RJ001394/2025), com alicerce no ACÓRDÃO N° 1207/2024 – TCU – Plenário, como também no desenvolvimento nacional sustentável gravado no art. 5º, da Lei 14.133/21.

- 4.13 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.14 Após a aceitação de uma proposta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pela licitante que a tiver formulado, na forma do item 05, deste Edital.
- 4.15 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à aceitação da proposta, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora se atender também aos requisitos de habilitação.
- 4.16 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o Pregoeiro declarará a proposta classificada.
- 4.16.1 Diante da decisão de classificação, ou desclassificação, de propostas, qualquer licitante poderá manifestar intenção de recorrer, **dentro de prazo não inferior a 10 (dez) minutos**, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.
- 4.16.2 A falta de manifestação da licitante, no prazo aludido, importará a decadência do direito de recurso.**
- 4.17 Sendo verificado, na hipótese de fatos supervenientes, que a proposta vencedora não é aceitável ou o seu proponente não atende às exigências editalícias, o Pregoeiro anulará a classificação de tal proposta, sem prejuízo das penalidades dispostas no item 6 deste Edital, e examinará a documentação dos licitantes subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta vencedora, nos termos deste Edital.
- 4.18 Da sessão pública lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

5 DA HABILITAÇÃO

- 5.1 Os **documentos** necessários à habilitação, exceto aqueles disponíveis para consulta no SICAF, deverão ser remetidos via **anexo**, exclusivamente pelo sistema COMPRASNET, no prazo mínimo e inicial de 02 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro, acompanhada de documentos complementares, caso solicitado, contados da notificação da empresa no Sistema.

DECLARAÇÕES

- a) Declaração, assinada pelo respectivo legal, de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação e ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- b) Declaração, assinada pelo respectivo responsável legal, de que a cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e na Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999.
- c) Declaração, assinada pelo responsável legal, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- d) Declaração, assinada pelo responsável legal, de que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- e) Declaração, assinada pelo responsável legal, de que o tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- f) Declaração (**Anexo III**), assinada pelo responsável legal, de que, no ano corrente, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. (*apenas para as licitantes que se beneficiem do tratamento diferenciado previsto na LC nº 123/2006*)
- g) **Declaração (Modelo - Anexo III)** assinada pelo respectivo responsável, de que os sócios da empresa, bem como seus gerentes e diretores não são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, de membros, ou de servidores



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

ocupantes de cargos de direção, dos órgãos do Ministério Público da União (Ministério Público Federal, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios).

- h) Declaração (**Anexo III**), assinada pelo respectivo responsável legal, de que licitante **possui, ou instalará, escritório na cidade do Rio de Janeiro**, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato;
- i) Declaração de Sustentabilidade, conforme modelo do anexo IV.
- j) Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública (Anexo VI).

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- k) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social da interessada;
- l) Comprovante de inscrição no CNPJ;

HABILITAÇÃO FISCAL

- m) Certidão de regularidade junto às Fazendas Federal (Dívida Ativa da União) Estadual e Municipal, dentro do prazo de validade;
- n) Certidão de regularidade junto ao FGTS, dentro do prazo de validade;
- o) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), dentro do prazo de validade;

HABILITAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

- p) Boa situação financeira, caracterizada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I) Liquidez Geral (LG)=(Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

II) Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante)

III) Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- p.1) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), comprovação de patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação ou do item pertinente (art. 69, § 4º, da Lei n.º 14.133/21).
- p.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- p.3) Os documentos referidos no item p), limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- q) **Certidões negativas de falência ou concordata ou recuperação judicial, expedidas pelo(s) distribuidor(es) da sede da pessoa jurídica;**
- q.1) A certidão discriminada na alínea “q” e deverá ser expedidas em até 180 (cento e oitenta dias) dias contados retroativamente da data marcada para a abertura da sessão do presente Pregão. Serão válidas, também, as certidões que apresentarem, em seu corpo, prazo de validade maior.
- r) Comprovação de que possui **Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante)** de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
- s) Comprovação de que possui **patrimônio líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos)** do valor total dos contratos firmados pela licitante com a Administração Pública e com empresas privadas, vigentes na data de abertura da licitação. Tal informação deverá ser comprovada por meio de declaração (**Anexo VI**), acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social, e se houver divergência superior a 10% (para cima ou para baixo) em relação à receita bruta discriminada na DRE, a licitante deverá apresentar as devidas justificativas para tal diferença;
- t) Comprovação de **patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação**, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

HABILITAÇÃO TÉCNICA

- u) **Gestão de Mão de Obra Residente - Atestado(s) de capacidade técnica da licitante**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que já realizou gestão de mão de obra residente, em prazo compatível com o objeto licitado, correspondente ao período **mínimo de 01 (um) ano** na gestão de mão de obra residente:
- u.1) O licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número, **mínimo, de 03 (três) postos**, equivalente ao desta contratação, pelo período acima referido.
 - u.2) A compatibilidade do atestado, para comprovação do requerido no caput, será aferida de acordo com as atribuições constantes do(s) contrato(s) de prestação de serviços apresentados;
 - u.3) Para fins de comprovação da legitimidade dos atestados, a licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local onde foram prestados os serviços, sem prejuízo de outros documentos que o pregoeiro julgue necessários para comprovar a veracidade do atestado apresentado.
 - u.4) O(s) atestado(s) referir-se-á(ão) a contrato(s) já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior a um ano, situação em que o licitante deverá ter executado todo o contrato e mediante a apresentação do contrato;
 - u.5) Para a comprovação da experiência mínima de 01 (um) ano, será aceito o somatório de atestados de períodos concomitantes, em relação ao quantitativo de postos exigidos.
- v) **Qualificação Técnica Operacional - Empresa - Atestado(s) de capacidade técnica da licitante**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa presta ou prestou satisfatoriamente serviços compatíveis àqueles objeto desta licitação (manutenção de sistema de climatização VRF de grande porte), e que os termos contratuais estão sendo ou foram cumpridos integralmente, na forma do item 3.8, do Termo de Referência (Anexo I).



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- w) Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e respectivo(s) comprovante(s) de regularidade **da empresa licitante e de seus responsáveis técnicos.**
- x) **Qualificação Técnica Profissional – Quadro Técnico** - Atestado de Responsabilidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, **devidamente visado no CREA ou transcrito de seu acervo**, em que figure como Responsável Técnico profissional de nível superior – **Engenheiro Mecânico** - comprovando a execução dos serviços de operação e manutenção preventiva e/ou corretiva, por um período de, no mínimo, 01 (um) ano, em sistema de ar condicionado do tipo VRF.
- x.1) A comprovação do vínculo deste profissional com a licitante será realizada por meio da apresentação de CTPS, Contrato Social, Contrato de Prestação de Serviços ou, Declaração de Contratação Futura do Profissional, desde que acompanhada, neste último caso, de declaração de anuência do profissional em questão.
- y) **Credenciamento LG VRF**- Comprovação de credenciamento vigente junto à LG Electronics como Instaladora/Manutencionista Autorizada, para sistemas VRF MULT V, emitido pela própria LG Brasil, na forma do item 3.8, do Termo de Referência (Anexo I)
- z) **Declaração** fornecida por servidor da Procuradoria Regional da República da 2ª Região, de que um representante da empresa licitante **VISTORIOU** os locais onde serão prestados os serviços e fornecidos os materiais, minuciosamente, para tomar conhecimento das reais condições de execução, e para efetuar as medições e conferências que se fizerem necessárias para a correta elaboração da proposta, não se admitindo, sob nenhuma hipótese, alegações posteriores de desconhecimento;
- z.1) Os interessados PODERÃO realizar a vistoria, agendando-a por mensagem eletrônica para pr2-semmsg@mpf.mp.br, com, no mínimo, 1 (um) dia de antecedência, e ser realizada até 1 (um) dia útil antes da realização da licitação, trazendo a declaração de vistoria para preenchimento (Anexo V-A);
- z.2) A declaração referida neste item poderá ser substituída por uma **declaração formal, assinada pelo responsável técnico do licitante, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto (Anexo V-B).**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 5.2 As licitantes cadastradas no SICAF ficarão dispensadas de apresentar os documentos acima listados somente quando constarem nos registros do aludido Sistema, de forma válida, e dentro dos prazos de validade registrados, disponíveis para consulta com suas respectivas informações, devendo apresentar todas as demais documentações não disponíveis.
- 5.3 Para fins de habilitação, será verificada a existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS/CGU, no Cadastro Nacional de Condenação Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa – CNIA/CNJ, no Sistema de Inabilitados e Inidôneos/TCU; e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP/CGU.
- 5.4 Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, o Pregoeiro poderá consultar o documento do licitante convocado nos sítios oficiais das entidades responsáveis pelo referido tributo, e emissoras de certidões.
- 5.6 Conforme prescrito no art. 43 da Lei Complementar n.º 123/2006 (com redação dada pela LC nº 147/2014), as licitantes que sejam **microempresas e empresas de pequeno porte** deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que conste alguma restrição, observando o descrito abaixo:
- 5.6.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será concedido o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.
- 5.6.2 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 5.6.1, **implicará decadência do direito** à contratação, sem prejuízo das penalidades dispostas no item 6 deste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, a critério da Administração.
- 5.6.3 As microempresas e empresas de pequeno porte somente estão desobrigadas de comprovar, no momento da habilitação, a sua regularidade fiscal e trabalhista, ficando obrigadas a comprovar o cumprimento das demais exigências habilitatórias, sendo declarada inabilitada se assim não o proceder, além de sujeitar-se às penalidades dispostas no item 6 deste Edital.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

- 5.7 **Não serão aceitos protocolos de entrega, ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.**
- 5.8 As sociedades empresárias deverão apresentar toda a documentação correspondente a um único CNPJ, sendo o mesmo da proposta. Entretanto, quando a empresa estiver autorizada a centralizar o recolhimento em CNPJ distinto daquele da proposta, deverá apresentar os documentos comprobatórios desta centralização de tributos, fornecidos pelo(s) órgão(s) competente(s), constando da documentação apresentada, justificativa fundamentada na legislação vigente.
- 5.9 Os documentos deverão ser assinados por signatário legitimado para a prática do ato, de acordo com os poderes expressamente contidos no Ato Constitutivo, Estatuto, ou Contrato Social da licitante, ou conforme procuração previamente fornecida.
- 5.10 **A verificação, pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**
- 5.11 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e de seus Anexos, ressalvado o disposto no subitem 5.6 (e seus subitens) deste Edital, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.
- 5.12 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o Pregoeiro declarará a licitante habilitada, e, não havendo manifestação recursal, será encerrada a sessão, e encaminhado o processo à Autoridade Competente, para fins de adjudicação do objeto ao vencedor, e homologação do procedimento.
- 5.12.1 Em face de decisão de habilitação, ou inabilitação, qualquer licitante poderá manifestar intenção de recorrer, em **prazo não inferior a 10 (dez) minutos**, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente.

6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 6.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 6.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 6.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d) deixar de apresentar amostra; ou
 - e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 6.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 6.1.4 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração.
- 6.1.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 6.1.6 Fraudar a licitação.
- 6.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 6.1.8 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 6.1.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 6.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

responsabilidades civil e criminal, observando-se o disposto nos artigos nº 156 a 163, da referida Lei:

- 6.2.1 Advertência;
 - 6.2.2 Multa;
 - 6.2.3 Impedimento de Licitar e Contratar;
 - 6.2.4 Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar.
- 6.3 O valor da multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, será aplicada após o regular processo administrativo, e poderá ser descontado de pagamentos eventualmente devidos por esta PRR/2ª Região.
- 6.3.1 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, e/ou quitada no prazo fixado pela Administração, a contar de sua notificação, ou será cobrada judicialmente.
- 6.4 As sanções previstas nos itens 6.2.1, 6.2.3, e 6.2.4, poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de Multa.
- 6.5 A aplicação de sanções obedecerá, além do aqui exposto, às normas inscritas nos Anexos deste Edital, especialmente no que concerne à metodologia de fixação das penalidades, bem como a regulamentação prevista pela Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de Setembro de 2023.
- 6.6 A aplicação das sanções previstas neste Item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7 DA IMPUGNAÇÃO, ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS

- 7.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências, ou impugnar o ato convocatório do Pregão, que deverão ser encaminhados ao Pregoeiro desta PRR - 2ª Região, por meio do correio eletrônico: **pr2-slde@mpf.mp.br** (cujo assunto deverá constar: Pregão Eletrônico nº 90002/2026).



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

7.1.1 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

7.2 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8 DA DOTAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Procuradoria Regional da República da 2ª Região.

9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 O adjudicatário ficará obrigado a executar o objeto adjudicado em estrita observância às especificações exigidas neste Edital, às condições apresentadas em sua proposta e, ainda, ao contido no Termo de Referência (Anexo I), e na Minuta do Contrato (Anexo II).

10 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado da autoridade competente, nos termos das Leis nº 14.133/2021, e legislações pertinentes.

10.2 A licitante vencedora deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação consignadas neste Edital e em seus Anexos.

10.3 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

10.4 Transcorrido o prazo recursal e decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido à autoridade competente para o procedimento de adjudicação e homologação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 10.5 Se a licitante vencedora deixar de assinar o Contrato, dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação, e sem justificativa por escrito, aceita pelo Sr. Secretário Regional, restará caduco o seu direito de vencedora, sujeitando-se às penalidades aludidas no item 6 deste Edital, e ensejando a adoção das medidas previstas nos art. 90, da Lei nº 14.133/2021.
- 10.6 O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões e corrigir erros puramente formais, observados na documentação de proposta e habilitação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos do art. 64, da Lei nº 14.133/2021, e conforme interpretação sedimentada pelo Tribunal de Contas da União, conduzida conforme fixado nos Acórdãos nº 1.211/21; nº 966/2022; nº 988/2022; nº 2443/2021, todos do Plenário.
- 10.6.1 O desatendimento de exigências formais não-essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 10.6.2 No julgamento da habilitação e das propostas de preços, o Pregoeiro poderá sanar erros e falhas que não alterem a substância das mesmas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrado em ata e acessível aos licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação de proposta.
- 10.7 Antes da celebração do Contrato, a Contratante realizará consulta 'on-line' ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, conforme estabelecido pelo art. 6º da Lei nº 10.522/2002, cujo resultado será anexado aos autos do processo.
- 10.7.1 **A existência de registro no CADIN, quando da consulta, constitui fator impeditivo para a contratação, na forma do art. 6º, A, da Lei nº 10.522/02, incluído pela Lei nº 14.973/2024.**
- 10.8 **Todas as comunicações enviadas pelas licitantes para o correio eletrônico pr2-SLDE@mpf.mp.br deverão fazer menção, no assunto, ao Pregão de que trata, na forma [PE 90002/2026]. Assim, poderão ser identificadas, tratadas e respondidas, adequada e tempestivamente.**
- 10.9 As dúvidas e casos omissos do presente Edital serão saneados pelo Pregoeiro, desde que provocado por requerimento escrito, e enviado ao endereço eletrônico referido no item anterior.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 10.10 **Demais informações sobre o Pregão nº 90002/2026 deverão ser obtidas nos seguintes sítios eletrônicos, cuja consulta mostra-se essencial para o acompanhamento dos atos posteriores à divulgação do presente Edital:**

<http://www.transparencia.mpf.mp.br/>,

<https://www.gov.br/pncp/pt-br>, e

<https://www.comprasnet.gov.br>,

**Valmir Cardoso Rangel
Pregoeiro**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de operação e manutenção preventiva e corretiva, com disponibilização de mão de obra residente, fornecimento de peças (mediante ressarcimento), ferramentas, insumos, materiais de consumo e softwares de diagnóstico. O objeto abrange a totalidade do sistema de climatização da Procuradoria Regional da República – 2ª Região, situada na Avenida Almirante Barroso, 54 – Centro, Rio de Janeiro-RJ (Ed. Valparaíso), contemplando os sistemas do tipo VRF (Variable Refrigerant Flow), splits, sistema de renovação de ar e cortinas de vento de todos os pavimentos, bem como os equipamentos de climatização (ar-condicionado e cortinas de vento) do pavimento térreo da sede situada à Rua México, 158, Centro, Rio de Janeiro-RJ, visando atender às necessidades destas unidades, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum e contínuo, decorrente de necessidades permanentes, conforme justificativas apresentadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP).
- 1.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme previsto no §3º do art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021, caso seja de interesse da Procuradoria Regional da República 2ª Região;
- 1.4. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada da realização de pesquisa de mercado que demonstre se as condições oferecidas pela CONTRATADA continuam vantajosas para a CONTRATANTE;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

1.5. Integração Documental

- 1.5.1. O presente Termo de Referência (TR), o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Edital de Licitação constituem documentos interdependentes, compondo o arcabouço normativo completo do certame e do contrato resultante.
- 1.5.2. As especificações técnicas, justificativas, levantamentos e parâmetros do ETP integram-se automaticamente ao TR e ao Edital, servindo como referência obrigatória para habilitação, julgamento de propostas, execução dos serviços e fiscalização.
- 1.5.3. Disposições aparentemente divergentes serão interpretadas de forma harmônica, prevalecendo o critério mais exigente em prol da eficiência, economicidade e interesse público (art. 5º, Lei 14.133/2021).
- 1.5.4. Licitantes e CONTRATADA assumem o dever de conhecimento integral desses documentos, não cabendo alegação de desconhecimento ou hierarquia entre eles para questionamento de obrigações.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Diante da inexistência no quadro funcional do MPU de servidores com a atribuição de executar serviços especializados de operação e manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização da Procuradoria Regional da República da 2ª Região, faz-se necessária a contratação de empresa especializada. A opção pela prestação de serviço com locação de mão de obra residente é considerada a mais adequada à realidade da Procuradoria, conforme recomendação contida no DFD e no ETP, o que justifica a contratação do serviço na forma discriminada no presente Termo.
- 2.2. A execução destes serviços é imprescindível para garantir a funcionalidade dos sistemas de climatização, a conservação do patrimônio do MPF, o aumento da vida útil dos equipamentos, bem como a garantia da salubridade térmica e da qualidade do ar para todos os usuários da sede, requisitos fundamentais para que as atividades laborativas possam ser exercidas, independentemente do clima externo.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 2.4. Enquadramento da contratação - A contratação será realizada por meio de pregão eletrônico, fundamentada no art. 6º, XIII e no art. 29 da Lei 14.133/2021, além das demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.
- 2.5. O regime de execução será o de empreitada por preço global.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A CONTRATADA dos serviços deverá promover a conscientização sobre a sustentabilidade e eficiência energética a seus empregados que prestarão os serviços objetos desta contratação, para otimização do consumo de energia elétrica dos sistemas de climatização e para o recolhimento e descarte adequados de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDOs), conforme a Resolução CONAMA nº 340/2003, e de óleo lubrificante usado ou contaminado, em observância à Lei nº 12.305/2010 e à Resolução CONAMA nº 362/2005;
- 3.2. Fazem parte dos requisitos necessários para a presente contratação, os critérios de sustentabilidade, eventualmente, inseridos na descrição do objeto. Adicionalmente, a CONTRATADA deverá observar as normas ambientais vigentes relativas ao manuseio e descarte de fluidos refrigerantes e, também, devem ser atendidos os requisitos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. Este manual se encontra em sua 6ª edição, revista, atualizada e ampliada, de Setembro de 2023, e fornece orientações para implementação com segurança jurídica de critérios de sustentabilidade nas dimensões ambiental, social, econômica e cultural nas contratações públicas. O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis está acessível através do endereço eletrônico: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

3.3. Relativamente aos serviços de manutenção dos sistemas de climatização, deverão ser observadas as seguintes regras de sustentabilidade ambiental:

- 3.3.1. Utilizar fluidos refrigerantes que causem o menor impacto ambiental possível, preferencialmente com baixo potencial de destruição da camada de ozônio (ODP) e baixo potencial de aquecimento global (GWP), em conformidade com as normas técnicas e ambientais vigentes;
 - 3.3.1.1. Recolher os fluidos refrigerantes durante as intervenções de manutenção preventiva e corretiva, sendo proibida a sua liberação na atmosfera, devendo ser acondicionados em recipientes adequados e destinados à reciclagem ou incineração por empresas licenciadas;
 - 3.3.1.2. Descartar corretamente, dando a destinação legalmente apropriada, os componentes substituídos que contenham substâncias perigosas, como óleos de compressores e filtros contaminados;
 - 3.3.1.3. Reduzir a geração de ruídos e vibrações anormais durante a manutenção dos sistemas de climatização, conforme verificação nas rotinas de manutenção preventiva de condensadoras, evaporadoras e splits, mediante a observação dos princípios gerais da Resolução CONAMA nº 001/90 e das Normas da ABNT, como a NBR 13971 e NBR 10151. E cumprimento das normas da ABNT, ANVISA e Ministério da Saúde quanto à qualidade da manutenção e da qualidade do ar interior;
 - 3.3.1.4. Adotar a prática de recolhimento e descarte adequado de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDOs), conforme a Resolução CONAMA nº 340/2003, e de óleo lubrificante usado ou contaminado, em observância à Lei nº 12.305/2010 e à Resolução CONAMA nº 362/2005, conforme descritos no Estudo Técnico Preliminar (ETP). O descarte de peças e componentes substituídos também deverá seguir a destinação legalmente apropriada.
 - 3.3.1.5. Atender as normas de Segurança do Trabalho garantindo a preservação da saúde e integridade dos trabalhadores, frente aos riscos físicos e químicos inerentes aos serviços de manutenção dos sistemas de climatização, incluindo o manuseio de fluidos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

refrigerantes e a utilização de ferramentas e equipamentos elétricos. observando, em especial, o item 10.11 da NR-10 durante a manutenção corretiva. Todos os serviços deverão ser executados por técnicos especializados, devidamente habilitados.

3.4. A subcontratação parcial dos serviços poderá ser admitida, com fulcro no art. 122 da Lei nº 14.133, até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração, desde que previamente solicitado e aprovado pela CONTRATANTE.

3.5. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, em consonância com o art. 6º, XIII e o art. 29, ambos da Lei 14.133/2021.

3.6. Exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista - Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos exigidos no Edital de Licitação.

3.7. Qualificação Econômico-Financeira - Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser observados os requisitos exigidos no Edital de Licitação.

3.8. Qualificação Técnica - Para fins de qualificação técnica, deverá ser observado os requisitos exigidos no Edital de Licitação.

3.8.1. A empresa CONTRATADA deverá comprovar experiência e capacidade técnica para a execução dos serviços, apresentando obrigatoriamente:

3.8.1.1. Comprovação de vínculo empregatício de, no mínimo, 1 engenheiro mecânico para suporte técnico especializado;

3.8.1.2. Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA);

3.8.1.3. Registro no CREA do engenheiro mecânico responsável técnico;

3.8.1.4. Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços similares em sistemas VRF de grande porte, semelhante ao instalado na Procuradoria.

3.8.1.5. Considerando o grande porte (900 TR) e a complexidade técnica do sistema, a empresa CONTRATADA deverá comprovar capacidade técnica especializada para execução dos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

serviços em sistemas LG VRF MULT V, conforme requisitos abaixo:

3.8.1.5.1. Credenciamento LG VRF: Comprovação de credenciamento vigente junto à LG Electronics como Instaladora/Manutencionista Autorizada para sistemas VRF MULT V, emitido pela própria LG Brasil.

3.8.1.6. Justificativa Técnica Específica

3.8.1.6.1. Os sistemas LG VRF MULT V instalados demandam conhecimento técnico proprietário para:

- Programação e diagnóstico via software LGMV (LG Multi V Manager), acessível apenas por credenciais autorizadas;
- Configuração de protocolos de comunicação KNX/LON exclusivos LG;
- Gerenciamento do algoritmo Oil Balance Management em múltiplas unidades externas;
- Reset e reprogramação do sistema Auto Addressing.

3.8.1.7. Justificativa Técnica para Exigência de Credenciamento LG

3.8.1.7.1. A exigência de empresa credenciada junto à LG para manutenção de sistemas VRF MULT V fundamenta-se nos seguintes aspectos técnicos e administrativos:

- Preservação da Garantia de Fábrica
 - Serviços por empresas não credenciadas invalidam a garantia, expondo o erário a custos elevados de reparos ou substituições sem suporte do fabricante.
 - Credenciadas garantem conformidade com normas LG, mantendo plena validade da cobertura.
- Acesso a Recursos Técnicos Exclusivos
 - Profissionais credenciados recebem treinamentos LG, ferramentas de diagnóstico, boletins técnicos e atualizações de firmware específicas para VRF MULT V. Isso assegura diagnósticos precisos e calibrações corretas, evitando falhas por intervenções inadequadas.
- Manutenção da Eficiência Energética



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- Checklists preventivos LG otimizam parâmetros, reduzem consumo energético e prolongam vida útil do sistema.
 - Manutenções irregulares elevam custos operacionais e comprometem conforto térmico.
 - Conformidade Legal e Rastreabilidade
 - Atendem PMOC, normas ASHRAE e emitem relatórios técnicos exigidos pela fiscalização, reforçando segurança jurídica.
 - Garantem documentação para auditorias e continuidade operacional.
 - Redução de Riscos Operacionais
 - Prioridade em suporte pós-venda LG, com planos anuais customizados, minimizando paradas inesperadas;
 - Mitiga prejuízos por falhas críticas em períodos de pico.
- 3.8.1.7.2.** Essa especificação é tecnicamente imprescindível, proporcional e alinhada ao interesse público, protegendo o investimento nos equipamentos LG VRF MULT V.
- 3.8.1.7.3.** A experiência contratual demonstrou que empresas sem essa qualificação específica apresentam diagnósticos imprecisos e substituições desnecessárias de componentes, causando reiteradas paralisações no sistema;
- 3.8.1.7.4.** Cumprimento das normas da ABNT, ANVISA e Ministério da Saúde quanto à qualidade da manutenção e da qualidade do ar interior;
- 3.8.2.** A capacidade TÉCNICO-PROFISSIONAL do responsável técnico será comprovada através da apresentação de:
- 3.8.2.1.** Atestado de Responsabilidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente visado no CREA ou transcrito de seu acervo, em que figure como Responsável Técnico profissional de nível superior comprovando a execução de serviços de operação e manutenção preventiva e/ou corretiva, por um período mínimo de 1 (um) ano, em sistemas de climatização do tipo VRF com capacidade similar ao instalado na Procuradoria.
- 3.8.2.2.** A comprovação do vínculo deste profissional com a licitante será realizada por meio da



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

apresentação de CTPS, Contrato Social, Contrato de Prestação de Serviços ou ainda Declaração de Contratação Futura do Profissional, desde que acompanhada, neste último caso, de declaração de anuência do profissional em questão.

- 3.8.2.3.** Para efeito de contagem de tempo, os serviços exigidos para fins de qualificação técnico-profissional previstos no subitem 3.8.2.1 podem encontrar-se em mais de um atestado.
- 3.8.2.4.** O licitante deve, caso solicitado pelo pregoeiro, disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE, contatos de pessoa de referência e local em que foram efetivamente prestados os serviços.
- 3.8.3.** Poderão ser ainda incluídos outros requisitos no edital de licitação, além dos listados acima.

3.9. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

- 3.9.1.** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato;
- 3.9.2.** Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato;
- 3.9.3.** As garantias, nas modalidades de caução ou de fiança bancária, deverão ser prestadas em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato;
- 3.9.4.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

3.10. VISTORIA:

- 3.10.1.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços de manutenção preventiva e



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

corretiva dos sistemas de climatização é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo facultado ao interessado a realização de visita técnica local para verificar as condições e quantidades de equipamentos objeto da presente contratação. Será assegurado ao interessado o direito de realização desta vistoria prévia acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 11:30 e das 14:30 às 17:30 horas;

3.10.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a visita técnica, devendo ser marcada, previamente, com a Seção de Manutenção e Serviços Gerais (SEMSG), através do e-mail: pr2-semmsg@mpf.mp.br;

3.10.2.1. Para a visita técnica, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da visita técnica;

3.10.2.2. Caso o licitante opte por não realizar a visita técnica, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação dos serviços objetos deste Termo;

3.10.2.3. A não realização da visita técnica não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes;

4. EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A execução do objeto de contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de operação e manutenção preventiva e corretiva, com disponibilização de mão de obra residente, fornecimento de peças (mediante ressarcimento), ferramentas, insumos, materiais de consumo e softwares de diagnóstico, de TODO do sistema de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

climatização seguirá a seguinte dinâmica, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP);

- 4.1.1. Os serviços de manutenção preventiva devem ser efetuados com observância à Portaria 3.523/GM, de 28/08/1998, do Ministério da Saúde, norma ABNT 13.971/97 e demais normas brasileiras específicas. A CONTRATADA deverá elaborar Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC) anual dos equipamentos, a ser aprovado pela Fiscalização.
- 4.1.2. A manutenção corretiva deverá ser executada sempre que necessário, mediante supervisão da CONTRATADA ou solicitação da fiscalização. Toda manutenção corretiva deverá ser precedida de relatório minucioso de procedimentos.
- 4.1.3. A CONTRATADA providenciará sistema eletrônico com software específico para a gestão da manutenção.
- 4.1.4. O fornecimento de peças ocorrerá com ressarcimento à empresa, seguindo os critérios e procedimentos estabelecidos.
- 4.1.5. A CONTRATADA disponibilizará equipe técnica especializada com dedicação exclusiva aos serviços objeto da contratação.
- 4.2. Início da execução do objeto: O prazo de prestação dos serviços deverá ser definido nos termos da Ordem de Serviço, emitida após a formalização da contratação.
- 4.3. Dos locais da prestação dos serviços: deverão ser executados no(s) endereço(s) abaixo:
 - 4.3.1. Sede Edifício Valparaíso: Avenida Almirante Barroso nº 54, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-000
 - 4.3.2. Sede Edifício México: Rua México nº 158, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20031-143
- 4.4. O objeto da contratação compreende, resumidamente, os equipamentos relacionados abaixo:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

SISTEMA VRF				
Unidades Condensadoras				
Descrição	unidade	Fabricante	Modelo	Quantidade
Unidade condensadora do sistema VRF de capacidade nominal de 191.100BTU/h	CONDENSADORA	LG	CRUN200BLS4	28
Unidade condensadora do sistema VRF de capacidade nominal de 152.900BTU/h	CONDENSADORA	LG	CRUN160BLS4	28
Unidade condensadora do sistema VRF de capacidade nominal de 114.700BTU/h	CONDENSADORA	LG	CRUN120BLS4	2
Unidade condensadora do sistema VRF de capacidade nominal de 95.900BTU/h	CONDENSADORA	LG	CRUN100BLS4	2
			Total Geral	60
Unidades Evaporadoras				
Descrição	unidade	Fabricante	Modelo	Quantidade
Unidade evaporadora do sistema VRF -modelo Hi Wall -de fabricação LG na capacidade 9.560BTU/h	EVAPORADORA	LG	ARNU09GSBL2	45
Unidade evaporadora do sistema VRF -modelo Cassete -de fabricação LG , na capacidade de 14.680BTU/h	EVAPORADORA	LG	ARNU15GTQA2	44
Unidade evaporadora do sistema VRF -modelo Cassete -de fabricação LG , na capacidade de 19.110BTU/h	EVAPORADORA	LG	ARNU18GTQA2	211
Unidade evaporadora do sistema VRF -modelo Hi Wall -de fabricação LG na capacidade 24.200BTU/h	EVAPORADORA	LG	ARNU24GSCL2	13
Unidade evaporadora do sistema VRF -modelo Cassete -de fabricação LG , na capacidade de 24.230BTU/h	EVAPORADORA	LG	ARNU24GTPA2	122
Unidade evaporadora do sistema VRF -modelo Cassete -de fabricação LG , na capacidade de 28.670BTU/h	EVAPORADORA	LG	ARNU28GTPA2	54
Unidade evaporadora do sistema VRF -modelo Cassete -de fabricação LG , na capacidade de 42.100BTU/h	EVAPORADORA	LG	ARNU42GTMA2	11
Unidade evaporadora do sistema VRF -modelo Cassete -de fabricação LG , na capacidade de 48.460BTU/h	EVAPORADORA	LG	ARNU48GTMA2	4
Unidade evaporadora do tipo piso-duto vertical, modelo para 100% de ar externo, para capacidade nominal: 76.500BTU/h, vazão 2.200m³/h com filtros G1+G3	EVAPORADORA	LG	ARNU76GB8Z2	1
Unidade evaporadora do tipo piso-duto vertical, modelo para 100% de ar externo, para capacidade nominal: 95.600BTU/h, vazão 3.240m³/h com filtros G1+G3	EVAPORADORA	LG	ARNU96GB8Z2	14
			Total Geral	519

4.4.1. O sistema de climatização instalado no 5º e 6º pavimentos possui características diferentes dos demais pavimentos, sendo os equipamentos predominantemente da marca Hitachi, conforme tabela abaixo:

5º ANDAR				
Unidade condensadora tipo Multi-split com compressores de velocidade variável inverter modular 3 módulos (2x10 TR + 1x8 TR) - Capacidade Nominal 113,0/32 kW/TR	CONDENSADORA	HITACHI	RAS40FSN	1
Unidade evaporadora tipo split piso para duto de alta pressão - Capacidade 28/8.0 kW/TR.	EVAPORADORA	HITACHI	RPDT10FSN	2
Unidade evaporadora tipo split de ambiente cassete (compacto Jr 60x60) 4 saídas equipada com kit de filtragem e kit de admissão de ar de renovação. - Capacidade nominal 7.1/2.0 kW/TR	EVAPORADORA	HITACHI	RCIM2.0FSNB	5
Unidade evaporadora tipo split de ambiente cassete (compacto Jr 60x60) 4 saídas equipada com kit de filtragem e kit de admissão de ar de renovação. - Capacidade nominal 4.3/1.2 kW/TR	EVAPORADORA	HITACHI	RCIM1.5FSNB	5
Unidade evaporadora tipo split de ambiente cassete (compacto Jr 60x60) 4 saídas equipada com kit de filtragem e kit de admissão de ar de renovação. - Capacidade nominal 2.8/0.75 kW/TR	EVAPORADORA	HITACHI	RCIM1.0FSNB	3
Unidade Condicionadora tipo split de ambiente com condensador a ar remoto - Capacidade 18.000 BTU	EVAPORADORA	SPRINGER	42MCA0185 + 38XCB0185	1



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

6º ANDAR				
Unidade condensadora tipo Multi-split com compressores de velocidade variável inverter modular 3 módulos (2x10 TR + 1x8 TR) - Capacidade Nominal 113,0/32 kW/TR	CONDENSADORA	HITACHI	RAS40FSN	1
Unidade evaporadora tipo split piso para duto de alta pressão - Capacidade 28/8.0 kW/TR.	EVAPORADORA	HITACHI	RPDT10FSN	2
Unidade evaporadora tipo split de ambiente cassete (compacto Jr 60x60) 4 saídas equipada com kit de filtragem e kit de admissão de ar de renovação. - Capacidade nominal 7.1/2.0 kW/TR	EVAPORADORA	HITACHI	RCIM2.0FSNB	5
Unidade evaporadora tipo split de ambiente cassete (compacto Jr 60x60) 4 saídas equipada com kit de filtragem e kit de admissão de ar de renovação. - Capacidade nominal 4.3/1.2 kW/TR	EVAPORADORA	HITACHI	RCIM1.5FSNB	5
Unidade evaporadora tipo split de ambiente cassete (compacto Jr 60x60) 4 saídas equipada com kit de filtragem e kit de admissão de ar de renovação. - Capacidade nominal 2.8/0.75 kW/TR	EVAPORADORA	HITACHI	RCIM1.0FSNB	3
Conjunto evaporadora tipo cassete + condensadora - Capacidade 24.000 BTUS - Hall da Escada	CONJUNTO	HITACHI		1
Conjunto evaporadora tipo split + condensadora - Capacidade 12.000 BTUS - Rack Área Médica	CONJUNTO	HITACHI		1
Conjunto evaporadora tipo split + condensadora - Capacidade 12.000 BTUS - Rack Área Médica	CONJUNTO	HITACHI		1
Conjunto evaporadora tipo split hi wall Bi-split - Capacidade 9.000 BTUS - Sala 610	CONJUNTO	LG	AMNW09GSJAO	1
Conjunto evaporadora tipo split hi wall Bi-split - Capacidade 9.000 BTUS - Sala 611	CONJUNTO	LG	AMNW09GSJAO	1
Conjunto evaporadora tipo split hi wall Bi-split - Capacidade 9.000 BTUS - Sala 613	CONJUNTO	LG	AMNW09GSJAO	1
Conjunto evaporadora tipo split - Capacidade 24.000 BTUS - Sala 612	CONJUNTO	KOMEKO		1

4.4.2. Além dos equipamentos listados nos quadros acima, há ainda os seguintes equipamentos que compõem o sistema:

SUBSOLO - SALA NO-BREAK				
Conjunto evaporadora tipo piso-teto + condensadora - Capacidade 59.000 BTUS	CONJUNTO	SPRINGER		3
SEDE MÉXICO - RECEPÇÃO				
Conjunto evaporadora tipo piso-teto + condensadora - Capacidade 24.000 BTUS	CONJUNTO	SPRINGER		1
Cortina de vento - Portaria México	CORTINA	VECAIR	VEC-1200	2
ROOFTOP - COZINHA				
Conjunto evaporadora split hi-wall - Capacidade 22.000 BTUS	CONJUNTO	LG	S3NQ24K231B	1
COBERTURA - SISTEMA DE EXAUSTÃO				
Ventilador para exaustão - Motor 5CV 4 Polos 220/380V	VENTILADOR	OTAM	RLD-Q 630	2
EXAUSTORES				
Kit de Exaustão Banheiros Privativos	EXAUSTOR	MEGA	MEGA-16	30
SENSOR DE PRESENÇA				
Sensor de Presença para Exaustores Banheiros Privativos	SENSOR	SKILTEC	SK-1000	30

4.4.3. A relação de equipamentos mencionada acima representa o sistema de climatização como um todo, atualmente instalado na Procuradoria. No entanto, tal quantidade pode ser alterada a qualquer tempo, seja por supressão, adição ou substituição de equipamentos, conforme a necessidade.

4.5. Fica facultada à licitante realizar visita técnica local para verificar as condições e quantidades de equipamentos objeto da presente contratação.

4.6. As rotinas de manutenção preventiva e de manutenção corretiva a serem realizadas nos equipamentos que compõem o sistema de climatização deverão ser constituídas pelos



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

serviços abaixo relacionados, na periodicidade indicada, além de outros que a CONTRATANTE julgar necessários realizar ou que atendam às instruções dos fabricantes dos equipamentos ou de sua assistência técnica autorizada:

4.7. Manutenção Preventiva:

- 4.7.1. Os serviços de manutenção preventiva devem ser efetuados com observância à Portaria 3.523/GM, de 28/08/1998, do Ministério da Saúde, norma ABNT 13.971/97 e demais normas brasileiras específicas, exigências dos órgãos com jurisdição sobre o assunto, itens 2.6.3 e 2.6.4 das Práticas Gerais de Manutenção do Manual de Obras Públicas, Anexo 3 da Portaria 2.296/97 do Ministério da Administração e Reforma do Estado e do roteiro básico listado nestas especificações, onde foram considerados os critérios de preservação da vida útil e condições normais de segurança e funcionamento recomendados pelo fabricante.
- 4.7.2. Para os itens que porventura não estejam cobertos pelas recomendações acima, serão seguidas as Instruções do Fabricante ou a própria experiência da CONTRATADA, como mantenedora de instalações do gênero, em comum acordo com a Fiscalização.
- 4.7.3. No caso específico dos equipamentos componentes do sistema VRF MULT V, serão seguidas rigorosamente as Especificações da Fabricante LG e serão executadas por técnico especializado, devidamente habilitado.
- 4.7.4. Para equipamentos que porventura não estejam relacionados nas planilhas, deve-se seguir as normas técnicas pertinentes e as Recomendações dos Fabricantes, de comum acordo com a Fiscalização.
- 4.7.5. A CONTRATADA deverá elaborar Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC) anual dos equipamentos, a ser aprovado pela Fiscalização, devendo ser observada a rotina básica prescrita, indicando a qualificação dos profissionais que realizarão os trabalhos, a periodicidade, a forma de execução e outras informações pertinentes a critério da Fiscalização. Este cronograma será entregue à Fiscalização em até 20 (vinte) dias corridos a contar da data de assinatura do contrato.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 4.7.6. A periodicidade dos serviços de limpeza, lubrificação, regulagem e ajustes pode ser alterada desde que autorizada pela Fiscalização e não acarrete ônus adicionais para o CONTRATANTE.
- 4.7.7. Todos os serviços deverão ser executados por profissionais especializados, devidamente habilitados e com vínculo empregatício com a CONTRATADA.
- 4.7.8. Os serviços de manutenção (preventiva e corretiva) que por qualquer motivo não possam ser realizados ao longo do horário normal de expediente deverão ser executados pela CONTRATADA em horário alternativo, inclusive durante a noite, finais de semana e feriados, mediante prévia anuência da Fiscalização.
- 4.7.9. As programações e horários de execução dos serviços poderão ser revistos em função das necessidades ou de eventos não previstos.
- 4.7.10. Em caso de necessidade de desligamento da energia elétrica do prédio para a realização de rotinas de manutenção de outros sistemas prediais durante a noite ou dias não úteis (finais de semana e feriados), a CONTRATADA deverá, caso seja solicitado pela fiscalização, disponibilizar, um ou mais técnicos para realizar as manobras de desligamento, religamentos e testes do sistema de climatização, a fim de evitar danos aos equipamentos.
- 4.7.11. As rotinas de manutenção deverão contemplar os serviços abaixo, de acordo com a tabela:

SISTEMA VRF – CONDENSADORAS – ROTINAS DE MANUTENÇÃO	
FREQUÊNCIA	DESCRIÇÃO
	Reaperto de porcas e parafusos de fixação;
	Limpeza dos gabinetes das unidades;
	Verificação e correção dos isolamentos elétricos dos equipamentos;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

MENSAL	Verificação e correção dos isolamentos térmicos (inspeção visual);
	Verificação e eliminação de obstruções no retorno e tomada de ar externo;
	Verificação e eliminação de sujeira, odores desagradáveis, fontes de ruídos, infiltrações, armazenagem dos produtos químicos, fontes de radiação de calor excessivo e fontes de geração de micro-organismos;
	Verificação e correção de vedações ausentes;
	Verificação e correção de vibrações e ruídos anormais;
	Verificação de anormalidades nos quadros elétricos e quadros de acionamento e automação.
	Verificação visual de prováveis pontos de fuga de fluído refrigerante nos circuitos;
	Verificação de sensores de controle;
	Medição de tensão de alimentação dos motores;
TRIMESTRAL	Limpeza das bandejas;
	Limpeza de trocadores de calor (serpentinhas);
	Limpeza de grelhas e dampers;
	Limpeza de unidades de condensação;
	Demais itens da manutenção mensal;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

SEMESTRAL	Atuação dos pressostatos de alta, baixa e óleo;
	Atuação do controlador do damper de condensação;
	Lubrificação dos mancais existentes;
	Medição de temperatura de trabalho do equipamento;
	Medição das pressões de trabalho do equipamento;
	Atuação dos instrumentos de controle, como termostatos e umidostatos;
	Fixação de eixos, polias, mancais e rolamentos;
	Avaliação visual do estado geral da instalação;
	Atuação da válvula de expansão e capilares;
	Fixação do bulbo sensível das válvulas de expansão;
	Filtros secadores;
	Válvulas de bloqueio;
	Válvulas de alívio de pressão;
	Válvulas de solenoide de capacidade;
	Visores de líquido;
	Medição da vazão e temperatura do ar de insuflamento e retorno;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	Visores de óleo;
	Atuação de plugs-fusíveis;
	Verificação e tratamento dos pontos de ferrugem, tratamento anticorrosivo e pinturas;
	Demais itens da manutenção mensal e trimestral;
ANUAL	Substituição dos filtros, se necessário;
	Tratamento anticorrosivo na estrutura dos equipamentos;
	Medição da resistência de isolamento dos motores;
	Correção e ajuste das válvulas de registro de vazão;
	Demais itens da manutenção mensal, trimestral e semestral;
SISTEMA VRF – EVAPORADORAS – ROTINAS DE MANUTENÇÃO	
FREQUÊNCIA	DESCRIÇÃO
	Reaperto de porcas e parafusos de fixação;
	Limpeza de filtros de ar de retorno;
	Limpeza de filtros de tomada de ar externo;
	Verificação e eliminação de frestas dos filtros;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

MENSAL	Verificação e correção de vazamentos nas ligações (ar e água);
	Verificação e correção dos isolamentos elétricos dos equipamentos;
	Verificação e correção dos isolamentos térmicos (inspeção visual);
	Verificação e eliminação de obstruções no retorno e tomada de ar externo;
	Verificação e eliminação de sujeira, odores desagradáveis, fontes de ruídos, infiltrações, armazenagem dos produtos químicos, fontes de radiação de calor excessivo e fontes de geração de micro-organismos;
	Verificação e correção de vedações ausentes;
	Verificação e correção de vibrações e ruídos anormais;
	Verificação de anormalidades nos quadros elétricos e quadros de acionamento;
	Verificação visual de prováveis pontos de fuga de fluídos refrigerantes nos circuitos;
TRIMESTRAL	Verificação e correção de vazamentos de água;
	Limpeza de trocadores de calor;
	Limpeza de gabinetes das unidades (interna);
	Limpeza de drenos;
	Limpeza das bandejas;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

	Limpeza de grelhas e dampers;
	Demais itens da manutenção mensal;
SEMESTRAL	Atuação dos pressostatos de alta, baixa e óleo;
	Atuação do controlador do damper de condensação;
	Lubrificação dos mancais existentes;
	Medição das pressões de trabalho dos equipamentos;
	Atuação dos instrumentos de controle, como termostatos e umidostatos;
	Fixação de eixos, polias, mancais e rolamentos;
	Avaliação visual do estado geral da instalação;
	Atuação da válvula de expansão e capilares;
	Fixação do bulbo sensível das válvulas de expansão;
	Filtros secadores;
	Válvulas de bloqueio;
	Válvulas de alívio de pressão;
	Válvulas de solenoide de capacidade;
	Visores de líquido;
	Medição da vazão e temperatura do ar de insuflamento e retorno;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

SEMESTRAL	
	Visores de óleo;
	Atuação de plugs-fusíveis;
	Verificação e tratamento dos pontos de ferrugem, tratamento anticorrosivo e pinturas;
	Demais itens da manutenção mensal e trimestral;
ANUAL	Substituição dos filtros, se necessário;
	Tratamento anticorrosivo na estrutura dos equipamentos;
	Medição da resistência de isolamento dos motores;
	Correção e ajuste das válvulas de registro de vazão;
	Demais itens da manutenção mensal, trimestral e semestral;
SPLIT- ROTINAS DE MANUTENÇÃO	
FREQUÊNCIA	DESCRIÇÃO
	Limpeza externa e interna dos equipamentos e acessórios em geral;
	Limpeza e troca (se necessário) dos filtros de ar;
	Limpeza do sistema de drenagem e bandeja de condensado;
	Verificação dos fechos das tampas e parafusos dos painéis, completando



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

MENSAL	o que faltar;
	Verificação e correção de ruídos e vibrações anormais;
	Verificação e correção da fixação e alinhamento das polias dos ventiladores;
	Verificação e correção de vazamentos de ar, fluido refrigerante e óleo;
	Verificação da contaminação do sistema através do visor da linha de líquido e filtro secador;
	Verificação de botoeiras, interruptores e sinaleiros;
	Verificação das regulagens dos termostatos;
	Verificação da vibração dos capilares;
	Eliminação de danos e corrosão na estrutura das máquinas;
	Correção de danos no isolamento térmico das máquinas;
	Verificação do funcionamento dos dispositivos de controle e proteção, corrigindo, se necessário;
	Eliminação de sujeira na casa de máquinas e tomada de ar externo;
	Verificação do funcionamento das resistências de cárter, substituindo as defeituosas;
	Medição da tensão de alimentação;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

MENSAL	Medição da corrente elétrica dos motores;
	Medição da corrente elétrica dos compressores;
	Medição da temperatura de insuflamento;
	Medição da temperatura de retorno;
	Medição da temperatura ambiente;
	Medição da temperatura do ar externo;
	Medição e registro da resistência do isolamento dos motores e compressores;
	Reaperto de todas as conexões elétricas e mecânicas;
	Limpeza dos rotores/ventiladores com jato de água;
	Verificação do isolamento térmico da rede frigorígena;
	Retoque de pintura nas máquinas;
	Limpeza e correção da fixação de difusores e grelhas;
	Manobra das válvulas de serviço do princípio ao fim do curso (se houver);
	Verificação e limpeza das serpentinas do evaporador e condensador;
	Verificação e ajuste do funcionamento da válvula solenoide (se houver);
	Verificação e ajuste de todos os dispositivos de medição, controle e



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

	segurança, como termostato, pressostato e relé térmico);
	Verificação e limpeza dos rotores/hélices dos ventiladores;
	Medição da vazão de ar de insuflamento, retorno e tomada de ar externo;

4.7.12. Manutenção dos quadros elétricos do sistema de climatização:

4.7.12.1. A manutenção preventiva e corretiva dos quadros elétricos e de comando diretamente associados ao sistema de climatização (VRF, splits, renovação de ar e cortinas de ar) integra o escopo desta contratação, compreendendo, no mínimo, inspeções visuais, reaperto periódico de bornes e conexões, verificação de aquecimento anormal, limpeza, organização e identificação de circuitos, substituição de componentes de comando e proteção defeituosos (disjuntores, contadores, relés, fusíveis, botoeiras, sinalizações) e testes funcionais após cada intervenção.

4.7.12.2. Todas as intervenções em quadros elétricos deverão observar as normas de segurança aplicáveis, em especial NR-10, sendo vedada a execução por profissional não qualificado.

4.8. Manutenção Corretiva:

4.8.1. Sempre que necessário, seja como resultado da permanente supervisão a ser efetuada pela CONTRATADA ou por solicitação da fiscalização, deverá ser executada a manutenção corretiva dos equipamentos objeto deste Contrato, processando-se os ajustes e correções para superação das deficiências observadas. Esse serviço compreende também a substituição das peças danificadas, os remanejamentos, as adições e supressões de equipamentos, a substituição de partes consumíveis (lâmpadas, disjuntores, fusíveis, registros, válvulas etc.), a intervenção em canalizações de água (drenos), a retiradas e recolocações de placas nos pisos elevados e forros, bem como outros serviços necessários à recomposição das instalações prediais relativas ao sistema de ar-condicionado e de ventilação/exaustão mecânica.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 4.8.2. Toda a manutenção corretiva deverá ser precedida de relatório minucioso de procedimentos, detalhando os objetivos a serem alcançados, todos os passos necessários para a sua execução, possível contingenciamento e riscos aos serviços, agravantes e urgência, de modo a atender ao item 10.11 da NR-10. Na conclusão dos serviços deverá ser emitido outro relatório, ou complementado o mesmo, informando todas as ocorrências e encerramento da operação.
- 4.8.3. Para a execução dos serviços de manutenção corretiva serão geradas pela fiscalização ou por solicitação dos usuários Ordens de Serviço através do Sistema Nacional de Pedidos (SNP), devendo ser monitoradas pela CONTRATADA durante o período da prestação dos serviços. Os serviços de manutenção corretiva serão classificados, conforme abaixo e obedecerão aos seguintes prazos de atendimento:
- 4.8.4. **Serviço Emergencial:** intervenção para corrigir qualquer interrupção no sistema de climatização que cause paralisação das atividades dos usuários (terceirizados, servidores e membros) nas dependências afetadas, incluindo:
- a) Paralisação total ou parcial de andar, setor, sala ou gabinete;
 - b) Impossibilidade de exercício das atividades funcionais essenciais;
 - c) Comprometimento do atendimento ao público ou segurança das dependências;
 - d) Qualquer situação que, na avaliação da Fiscalização, exija atendimento imediato.
- Prazo de Atendimento: deverão ter o atendimento iniciado em um prazo máximo de até 30 (trinta) minutos pela CONTRATADA, contadas a partir da solicitação por parte da CONTRATANTE, independente de dia ou horário;
 - Prazo de Conclusão: deverão ser concluídos em até 24 (vinte e quatro) horas após o seu início. Quando houver necessidade de prazo maior do que o estabelecido acima para o restabelecimento do funcionamento normal dos equipamentos, a CONTRATADA deverá solicitar aditamento de prazo, mediante justificativa, que será avaliada pela



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

FISCALIZAÇÃO.

4.8.5. Serviço Não Emergencial: todo serviço de manutenção corretiva que não se enquadre na definição de serviço emergencial.

- Prazo de Atendimento: deverão ser iniciados em até 01 (um) dia útil.
- Prazo de Conclusão: deverão ser concluídos em até 02 (dois) dias úteis a partir da abertura do chamado;

4.8.6. Os prazos dispostos nos itens acima ficam ressalvados nos casos documentalmente comprovados em que o reparo depender de substituição de peças com prazo de entrega superior ao de atendimento. Nesse caso, todavia, o serviço não poderá levar mais de 10 (dez) dias para conclusão.

4.9. Do Sistema Eletrônico para Gestão da Manutenção

4.9.1. A CONTRATADA deverá implantar em até 10 dias úteis após assinatura do contrato, sistema eletrônico de gestão da manutenção (CMMS) acessível via web/mobile (sem custo adicional) para gestão completa da manutenção, incluindo:

- a) Registro automatizado de Ordens de Serviço (OS);
- b) Histórico completo de manutenções;
- c) Controle de estoque peças/insumos;
- d) PMOC digital (Portaria MS 3.523/98);
- e) Dashboards KPIs (SLA, MTTR, MTBF);
- f) Relatórios gerenciais PDF/Excel;

4.9.2. Requisitos técnicos mínimos:

- a) Acesso simultâneo: equipe técnica + Supervisor + Fiscalização;
- b) Funcionamento online e offline (Android/iOS) com sincronização automática;

4.9.3. Treinamento: A CONTRATADA deverá promover treinamento com no mínimo de 4 horas de duração para a equipe de fiscalização sobre a operação do sistema de gestão da manutenção. O referido treinamento deverá ocorrer em até 10 dias úteis após o



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

início da vigência do contrato, podendo ser reagendado, a critério da fiscalização.

4.9.4. A CONTRATANTE deverá ter acesso a todos os dados e funcionalidades do Sistema Eletrônico de gestão da manutenção;

4.9.5. As ordens de serviço poderão ser enviadas aos técnicos em meio físico (impresso) ou digital, desde que seja disponibilizado aos profissionais responsáveis pela manutenção, dispositivo como tablet ou smartphone, que permita acesso ao sistema de gestão da manutenção, visualização e preenchimento da OS durante a execução da atividade de manutenção.

4.10. Relatórios técnicos mensais

4.10.1. A CONTRATADA deverá emitir, mensalmente, Relatório Técnico consolidado de manutenção de todo o sistema de climatização, contendo, no mínimo:

- a) descrição de todas as rotinas de manutenção preventiva e corretiva realizadas no período, por equipamento e por pavimento;
- b) datas e horários das intervenções;
- c) identificação dos profissionais executantes;
- d) não conformidades encontradas;
- e) peças substituídas (quando houver);
- f) recomendações técnicas e pendências para o mês seguinte.

4.10.2. O Relatório Técnico Mensal deverá ser apresentado à Fiscalização da CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, contendo o registro das atividades realizadas no mês imediatamente anterior, e servirá como subsídio para análise e liberação do pagamento da nota fiscal mensal, podendo ensejar glosas caso sejam identificadas falhas, omissões ou serviços não executados.

4.10.3. O relatório deverá ser entregue exclusivamente em meio digital, em formato PDF, por meio eletrônico indicado pela Fiscalização, devendo conter a assinatura eletrônica (nos termos da legislação vigente) do Engenheiro Mecânico responsável técnico da CONTRATADA, com respectivo número de registro no CREA.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

4.11. Inspeção Inicial do Sistema de Climatização

- 4.11.1.** No prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de início de vigência do contrato, a CONTRATADA deverá realizar inspeção técnica completa em todo o sistema de climatização abrangido pelo objeto contratual, incluindo, no mínimo, unidades condensadoras e evaporadoras, redes frigorígenas, sistemas de drenagem de condensado, sistemas de renovação de ar, cortinas de ar e respectivos quadros elétricos e de comando.
- 4.11.2.** A inspeção inicial deverá contemplar, entre outros aspectos, a verificação das condições físicas e operacionais dos equipamentos, níveis de desempenho, eventuais anomalias, não conformidades com normas técnicas e recomendações dos fabricantes, bem como riscos potenciais à continuidade da operação ou à segurança dos usuários.
- 4.11.3.** Ao término da inspeção, a CONTRATADA deverá elaborar Relatório Técnico de Inspeção Inicial, contendo, no mínimo: descrição detalhada dos equipamentos inspecionados, achados técnicos, registro fotográfico das não conformidades relevantes, recomendações de ajustes, correções e substituições de componentes, bem como a indicação do impacto dessas ocorrências na operação do sistema.
- 4.11.4.** O Relatório Técnico de Inspeção Inicial deverá ser assinado por engenheiro mecânico responsável técnico da CONTRATADA, devidamente registrado no CREA, e entregue à Fiscalização da CONTRATANTE no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados do início da vigência do contrato.
- 4.11.5.** As informações constantes no Relatório Técnico de Inspeção Inicial servirão de referência para o acompanhamento contratual, para a atualização do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) e para a priorização das intervenções corretivas a serem executadas no âmbito do contrato, não eximindo a CONTRATADA da responsabilidade pela manutenção integral da funcionalidade e disponibilidade dos sistemas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

4.12. 4.11. Do fornecimento de peças com ressarcimento à empresa

4.12.1. Critérios para Ressarcimento de Peças

4.12.1.1. Em caso de necessidade de reposição de peças, estas deverão observar os valores definidos nas tabelas de insumos do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) ou SCO (Sistema de Custos para Obras de Engenharia), conforme aplicável. Caso não seja possível correlacionar, a CONTRATADA deverá realizar ampla pesquisa de mercado, apresentando no mínimo três orçamentos.

4.12.1.2. Realizada a pesquisa de mercado, a CONTRATADA deverá apresentar proposta formal de fornecimento a ser analisada pela fiscalização e aprovada pela Administração. A referida proposta deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa e informar, obrigatoriamente, a especificação completa da peça, como marca, modelo etc., a quantidade a ser adquirida, o valor unitário, o valor total, o valor do BDI, prazo de entrega, entre outras informações.

4.12.1.3. Após a aprovação da proposta, a CONTRATANTE adquirirá a peça da CONTRATADA mediante ressarcimento, sendo que o valor a ser reembolsado será aquele apresentado na nota fiscal emitida pelo fornecedor, acrescido de BDI fixo de 18% para cobertura de despesas administrativas, logística interna, impostos incidentes e gerenciamento de materiais, e não poderá ser superior ao menor valor indicado na pesquisa de mercado.

4.12.1.4. Como documentação comprobatória obrigatória, a CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal de compra da peça, bem como o comprovante de pagamento ao fornecedor.

4.13. Materiais Não Passíveis de Ressarcimento

4.13.1. Não serão passíveis de ressarcimento os materiais de consumo, considerados aqueles que se consomem na primeira aplicação ou utilizados em pequenas quantidades, tais como:

- Lixas, produtos antiferrugem, produtos de limpeza;
- Sabões, detergentes, estopas, panos, palha de aço;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- Solventes, querosene, fita isolante, fitas adesivas, veda-rosca;
- Colas e adesivos para tubos de PVC, adesivos instantâneos;
- Conexões de PVC para reparo de drenos;
- Solda para tubulação de cobre;
- Tintas, pilhas, baterias, materiais de escritório;
- Anilhas, conector terminal (compressão e pressão), braçadeiras de nylon;
- Arruelas, pregos, pincéis, parafusos;
- Óleos e graxas utilizados na lubrificação de mancais, motores elétricos e compressores;
- Materiais para isolamento térmico, tais como fitas e tubo elastomérico;
- Entre outros produtos e equipamentos previstos na planilha de materiais e equipamentos apresentada a seguir.

4.14. Os mencionados materiais de consumo farão parte da composição do preço da contratação. Por esse motivo, não são passíveis de ressarcimento.

4.15. Caso seja necessária a aquisição de algum material ou equipamento não listado na planilha de formação de preço ou em quantidade maior do que a prevista na referida planilha, tal insumo será passível de ressarcimento, mediante comprovação pela CONTRATADA da real necessidade desse item.

4.16. O valor de ressarcimento dos materiais de consumo, que por necessidade, forem fornecidos em quantidades maiores que a prevista da planilha de insumos, obedecerão aos valores estipulados na referida planilha, com acréscimo de BDI fixo de 18%, logo não serão objeto de cotação e apresentação de proposta para aprovação.

4.17. Procedimentos para Substituição de Peças

4.17.1. A CONTRATADA deverá comprovar a necessidade da substituição ou aplicação da peça não prevista no contrato, enviando laudo técnico detalhado ao fiscal do contrato em até 2 (dois) dias úteis após a detecção do problema.

4.17.2. O laudo técnico será assinado pelo responsável técnico da empresa e deverá conter, no



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

mínimo:

- Relação detalhada das peças ou componentes a serem substituídos;
- Justificativa técnica da necessidade de reposição;
- Especificações técnicas completas das peças ou componentes.

4.17.3. A eventual substituição de peças por marcas distintas dos originais só será permitida mediante justificativa técnica e desde que os componentes apresentem equivalência técnica.

4.18. Condições para Orçamento e Faturamento

4.18.1. Quando a CONTRATADA comercializar a peça necessária, poderá incluir seu orçamento junto ao laudo técnico.

4.18.2. No orçamento deverão estar inclusos todos os custos, como fretes, seguros e quaisquer outros encargos para entrega na sede da CONTRATANTE.

4.18.3. O fornecimento e a aplicação das peças somente poderão ser realizados após manifestação formal e aceite da CONTRATANTE.

4.18.4. O ressarcimento será feito em fatura separada da fatura mensal, emitida a partir do primeiro dia útil do mês subsequente à conclusão do serviço, juntamente com o respectivo relatório de manutenção corretiva.

4.18.5. Quando se tratar de fornecimento de peça para manutenção de estoque mínimo, o respectivo valor será faturado a partir do primeiro dia útil do mês subsequente à efetiva entrega da peça na sede da Procuradoria.

4.18.6. No caso de fornecedor exclusivo, a CONTRATADA deverá apresentar:

- Carta de exclusividade do fornecedor;
- Cópia de nota fiscal de venda desse componente para outro cliente;
- Justificativa detalhada caso o componente nunca tenha sido comercializado anteriormente.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

4.18.7. Nos termos da IN/RFB nº 1234/2012, haverá retenção de tributos federais quando do ressarcimento de peças.

4.18.8. Em caso de aquisição de peças para manutenção sob regime de estoque sob reserva (peças compradas pela CONTRATADA e mantidas em estoque para uso futuro), a responsabilidade exclusiva pela guarda, conservação e controle e dessas peças é da CONTRATADA, abrangendo:

- a) Armazenamento adequado (temperatura, umidade, proteção);
- b) Controle de validade e shelf life;
- c) Inventário físico mensal (com relatório à Fiscalização);
- d) Controle de entrada/saída via sistema CMMS;

4.18.9. A CONTRATADA responde integralmente por perdas, furtos ou deterioração, sem qualquer ônus à Administração.

4.18.10. Liberação de peças: Somente após aprovação formal da Fiscalização;

4.18.11. Auditoria: A Fiscalização terá acesso irrestrito ao estoque a qualquer tempo.

4.19. Dos serviços extraordinários mediante ressarcimento

4.19.1. A CONTRATADA poderá contratar, extraordinariamente, serviços, mediante ressarcimento, que demandem grau de complexidade, mão de obra especializada e particularidades técnicas desde que, comprovadamente, não possam ser executados pela CONTRATADA;

4.19.2. Os serviços objeto de ressarcimento poderão ser, exemplificativamente, rebobinamento de motores elétricos, serviço especializado de corte e solda em tubulações metálicas e teste de estanqueidade em vasos de pressão e tubulações de interligação, dependentes de autorização da CONTRATANTE para a execução;

4.19.3. A prestação desses serviços por meio de terceiros não se confunde com os relacionados à subcontratação, em que o fabricante ou seus credenciados podem realizar o serviço



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

de manutenção às expensas da CONTRATADA;

4.19.4. Desta forma, o atendimento será mais rápido, permanecendo sob a responsabilidade da CONTRATADA, pela equipe residente, prestar todo o apoio técnico e garantir a integridades destes equipamentos; e

4.19.5. O processo de ressarcimento e pagamento observará o procedimento previsto neste subitem.

4.20. Da locação de mão de obra especializada

4.20.1. A CONTRATADA disponibilizará equipe técnica especializada com dedicação exclusiva aos serviços objeto da contratação.

4.20.2. O dimensionamento da equipe para a manutenção do sistema VRF MULT V da LG com 900 TR e demais equipamentos do sistema de climatização foi baseado nos seguintes tempos médios, além de critérios técnicos e operacionais:

a) Complexidade e Extensão do Sistema

- 900 TR (toneladas de refrigeração) é considerado um sistema de grande porte, distribuído em mais de 500 unidades evaporadoras e 60 condensadoras, exigindo um plano de manutenção detalhado e contínuo.
- O sistema VRF opera com tecnologia avançada de controle de fluxo de refrigerante, demandando profissionais especializados para manutenções preventivas e corretivas.

b) Necessidade de Manutenção Contínua

- A manutenção preventiva deve ocorrer periodicamente (mensal, trimestral, semestral e anual) para garantir o funcionamento adequado do sistema e evitar falhas inesperadas.
- A manutenção corretiva deve ser ágil para minimizar impactos no conforto térmico e nas operações do prédio.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

4.21. Dimensionamento da Equipe Técnica

4.21.1. Para a execução dos serviços, a empresa alocará nas dependências da Procuradoria Regional, em caráter de mão de obra residente, os seguintes cargos, cujo dimensionamento foi fundamentado de forma detalhada no item 12 do Estudo Técnico Preliminar (ETP):

QUANT.	PROFISSIONAL	CBO
01 (um)	SUPERVISOR TÉCNICO DE CLIMATIZAÇÃO	9101-10
03 (três)	TÉCNICO DE REFRIGERAÇÃO	3141-15
02 (dois)	AUXILIAR DE REFRIGERAÇÃO	9112-05

4.21.2. O quantitativo total do pessoal que integrará diariamente a equipe nunca será inferior ao estipulado no item anterior, cabendo à CONTRATADA a substituição imediata de qualquer pessoa que venha a se ausentar total ou parcialmente durante o expediente;

4.22. Da jornada de trabalho e horários

4.22.1. A carga horária ordinária a ser cumprida pelos profissionais residentes será de 44 horas semanais, respeitada a jornada diária de 8 horas.

- Supervisor Técnico – 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira;
- Técnico de Refrigeração – 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira;
- Auxiliar de Refrigeração – 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira;

4.22.2. 4.21.2. O Supervisor Técnico deverá organizar os escalonamentos dos colaboradores de forma a garantir a cobertura presencial nas dependências da Procuradoria no mínimo no período das 08:00 às 19:00, todos os dias úteis, incluindo eventuais recessos e pontos facultativos.

4.22.3. A organização dos horários respeitará as cargas horárias individuais de cada profissional, conforme Convenção Coletiva de Trabalho aplicável (SINDISTAL CCT 2025/2027), e demais direitos trabalhistas.

4.22.4. O Supervisor apresentará à Fiscalização, no início do contrato e sempre que houver



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

alteração, a escala detalhada dos profissionais residentes, contendo nomes, funções, horários de entrada/saída e folgas para aprovação prévia.

- 4.22.5. Qualquer ausência não programada (doença, atestado, etc.) que comprometa a cobertura mínima das 08:00 às 19:00 deverá ser imediatamente suprida por substituto equivalente em qualificação, apresentado à Fiscalização em até 2 (duas) horas, sob pena de aplicação de sanções contratuais.
- 4.22.6. Os turnos e horários descritos no parágrafo anterior poderão ser alterados de acordo com a conveniência administrativa da CONTRATANTE, desde que não exceda a carga horária de trabalho semanal previamente estabelecida;
- 4.22.7. A CONTRATANTE poderá solicitar a prestação de serviços em dias e horários extraordinários, sempre que julgar necessário, devendo comunicar o fato antecipadamente à CONTRATADA;
- 4.22.8. A frequência dos empregados da CONTRATADA será controlada por meio de equipamento de registro de ponto biométrico ou manual, disponibilizado pela CONTRATADA e alocado nas dependências da CONTRATANTE, compatível com a Portaria MTE 1510/2009, que deverá registrar o ponto diariamente, na entrada, no intervalo para refeição e na saída;
- 4.22.9. Caso o equipamento permaneça em falha por mais de 48 horas, deverá ser providenciada sua substituição imediatamente;
- 4.22.10. Os pontos facultativos e o período de recesso estabelecidos pela CONTRATANTE serão considerados horários normais para execução da jornada diária de trabalho, não lhe cabendo o pagamento de horas extras ou qualquer remuneração especial.

4.23. Qualificação Técnica dos Profissionais Residentes

4.23.1. Cada profissional da equipe deverá comprovar as qualificações mínimas específicas abaixo:

4.23.1.1. TÉCNICO DE REFRIGERAÇÃO (CBO 3141-15):

- a) Formação: Técnico em Refrigeração e Climatização (curso reconhe-



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

cido pelo MEC com carga horária ≥ 1.200 horas);

b) Especialização: Curso específico "Manutenção de Sistemas VRF" (SENAI, ABRAVA ou LG $\geq 80h$);

c) Experiência: Mínimo 12 meses em manutenção de sistemas VRF em prédios comerciais;

d) Comprovação: Diploma, certificado curso VRF, atestados, carteira de trabalho;

4.23.1.2. AUXILIAR DE REFRIGERAÇÃO (CBO 9112-05):

a) Formação: Ensino Médio completo;

b) Curso: "Fundamentos de Refrigeração" ou "Auxiliar de Manutenção Predial" ($\geq 160h$);

c) Experiência: 12 meses em limpeza/inspeção de sistemas de climatização;

4.23.1.3. SUPERVISOR TÉCNICO (CBO 9101-10):

a) Formação: Técnico Refrigeração (curso reconhecido pelo MEC com carga horária ≥ 1.200 horas) ou Engenharia Mecânica/Elétrica;

b) Especialização: Certificação LG VRF MVP;

c) Curso Mecânico de Manutenção em Sistemas VRF ($\geq 80h$);

d) Experiência: 24 meses em VRF + atestado como supervisor em sistemas similares ao instalado na PRR2.

4.23.2. Considerando que o sistema VRF MULTI V da PRR-2ª Região utiliza LG ACP (Advanced Control Platform) e AC Smart Connect Tool para diagnóstico, programação e gerenciamento centralizado, todos os TÉCNICOS DE REFRIGERAÇÃO (CBO 3141-15) e o SUPERVISOR TÉCNICO (CBO 9101-10) deverão comprovar:

a) Treinamento LG oficial: Curso "LG ACP/AC Smart Connect" (LG Academy ou parceiro autorizado) OU

b) Experiência comprovada: Atestado de manutenção em sistema VRF LG com ACP ativo (≥ 6 meses) OU



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

c) Certificação LG: Licença ativa de uso das ferramentas LG (ACP Connect).

4.23.2.1. Justificativa técnica específica:

- ACP é software proprietário para diagnóstico avançado LG VRF;
- AC Smart Connect permite configuração remota via Wi-Fi/USB;
- Manuais LG especificam treinamento obrigatório para técnicos;

4.23.3. Substituição de Pessoal: Profissionais substitutos deverão comprovar idêntica qualificação em até 48 horas, sob pena de não serem aceitos no contrato.

4.23.4. Justificativa técnica: A experiência contratual demonstrou que equipe sem qualificação específica VRF apresenta diagnósticos imprecisos, retrabalho excessivo e descumprimento do PMOC. Os requisitos acima garantem capacidade técnica comprovada para LG VRF MULT V.

4.23.5. A relação trabalhista dos profissionais acima será regida pela Convenção Coletiva Profissional da categoria.

4.24. CONVENÇÃO COLETIVA DE REFERÊNCIA - SINDISTAL 2025/2027

4.24.1. Para composição de custos e fiscalização trabalhista, adota-se a CCT SINDISTAL/SINTRAINDISTAL-RJ 2025/2027 (Registro MTE RJ001394/2025), por ser específica para instalação e manutenção predial elétrica, hidráulica, mecânica e refrigeração.

4.24.2. Enquadramento das funções (Cláusula 3ª, Grupo 01):

Função	Enquadramento SINDISTAL	CBO	Salário Mensal
Técnico de Refrigeração	Técnico em Geral	3141-15	R\$ 3.415,12
Auxiliar de Refrigeração	Assistente Técnico em Geral	9112-05	R\$ 2.694,86
Supervisor Técnico	Encarregado Geral/Supervisor	9101-10	R\$ 4.196,77



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

4.24.3. Justificativa da adequação:

- a) Abrangência específica: "Instalação e Manutenção Predial Mecânica" (Grupo 01);
- b) Funções nominadas explicitamente no texto da CCT;
- c) Pisos salariais superiores e compatíveis com qualificação VRF exigida;

4.25. DA CONVOCAÇÃO PARA SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

4.25.1. Serão considerados serviços extraordinários, aqueles executados pelos residentes em finais de semana, desde que excedam as 44 horas semanais, exceto quando a CONTRATADA der causa à situação ou na continuidade da execução de serviço emergencial não finalizado dentro da jornada normal de trabalho, por morosidade injustificada ou negligência na sua conclusão, ocasião em que arcará com o ônus;

4.25.2. A CONTRATADA deverá faturar em separado os serviços extraordinários efetivamente prestados, que corresponderão ao resultado do valor do salário da categoria dividido pela quantidade de horas da jornada mensal de trabalho, com os acréscimos previstos em convenção coletiva de trabalho, além dos encargos sociais, taxa de administração e de lucro, bem como os tributos incidentes previstos na planilha de custos e formação de preços;

4.26. DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS RESIDENTES

4.26.1. Cabe ao TÉCNICO EM REFRIGERAÇÃO (CBO 3141-15):

- Executar serviços de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos que compõem o sistema de climatização VRF, splits, renovação de ar e cortinas de vento, conforme PMOC aprovado;
- Realizar diagnóstico avançado de falhas em componentes elétricos, eletrônicos, mecânicos e de controle (inversores, PCBs, sensores, válvulas EEV);
- Execução de testes de estanqueidade, vácuo, carga de fluido refrigerante (R410A) e



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

verificação de super-aquecimento/sub-resfriamento;

- Medições precisas de grandezas (pressão, temperatura, vazão de ar, corrente, tensão, resistência de isolamento);
- Alterações nos sistemas de ar-condicionado conforme projetos ou especificações autorizadas pela Fiscalização;
- Intervir e solucionar problemas técnicos emergenciais nos prazos definidos neste documento, incluindo manobras de emergência nos equipamentos;
- Realizar rotinas de manutenção preventiva e corretiva, executando limpeza química de serpentinas, substituição de filtros, ajustes de parametrização;
- Dar apoio para garantir a operacionalidade 24/7 dos sistemas, monitorando alarmes via sistema de automação;
- Acompanhar e executar a operação do sistema durante os turnos, incluindo modo manual em falhas de automação;
- Atendimento às solicitações das diversas áreas da CONTRATANTE e orientação aos usuários dos aparelhos;
- Efetuar, no mínimo, uma vistoria técnica diária com relatório de ocorrências no sistema eletrônico de gestão;
- Cumprir ordens de manobras para acionamento/desligamento programado e acompanhar o restabelecimento;
- Registrar todas as intervenções no Sistema Eletrônico de Gestão da Manutenção (ordens de serviço, histórico, consumo de insumos);
- Executar rotinas de inspeção, limpeza, reaperto de conexões, testes e pequenos reparos nos quadros elétricos e de comando dedicados ao sistema de climatização, em conformidade com o plano de manutenção e as normas de segurança vigentes;
- Demais atribuições definidas pelo Supervisor Técnico/Encarregado Geral.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

4.26.2. Cabe ao AUXILIAR EM REFRIGERAÇÃO (CBO 9112-05):

- Prestar assistência direta aos Técnicos de Refrigeração durante manutenções preventivas e corretivas;
- Transportar materiais, equipamentos e ferramentas necessários às intervenções nos diversos pavimentos;
- Realizar limpeza de filtros de ar, bandejas de condensado, grelhas e serpentinas (lavagem básica);
- Sinalizar adequadamente toda área envolvida na manutenção, conforme NR26;
- Proceder à limpeza completa do local após realizada a manutenção, incluindo descarte de resíduos;
- Apoiar inspeções visuais, verificação de vibrações/ruídos e organização do estoque de materiais;
- Acompanhar rondas diárias nos ambientes climatizados para verificação básica de funcionamento;
- Auxiliar no preenchimento de checklists, ordem de serviço e relatórios diários;
- Demais atribuições compatíveis com a função de Assistente Técnico em Geral (CCT SINDISTAL).

4.26.3. Cabe ao SUPERVISOR TÉCNICO/ENCARREGADO GERAL (CBO 9101-10):

- Coordenar toda a equipe residente (técnicos e auxiliares), distribuir tarefas e fiscalizar a execução;
- Elaborar e gerenciar o PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle), cronogramas mensais/trimestrais;
- Consolidar relatórios semanais/mensais de desempenho (KPIs: tempo de resposta, % cumprimento PMOC, indisponibilidades);
- Ser o principal interlocutor técnico entre a CONTRATADA e a Fiscalização da CONTRATANTE;
- Validar tecnicamente todos os laudos, relatórios e ordens de serviço emitidos pela



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

equipe;

- Analisar falhas recorrentes e propor melhorias nos procedimentos e rotinas de manutenção;
- Garantir conformidade com normas ABNT NBR 16401 (Qualidade do Ar Interno), Portaria MS 3.523/98 e CCT SINDISTAL;
- Zelar pela segurança do trabalho (NR-10, NR-26, EPIs) e pela correta gestão de resíduos (SDOs, óleos);
- Demais atribuições definidas pela Fiscalização da CONTRATANTE;
- Participar, por solicitação da fiscalização, de reuniões para tratar de assuntos relativos à execução do contrato;
- Especificar e solicitar à empresa o orçamento de peças, materiais e equipamentos que se fizerem necessários;
- Gerenciar o estoque de peças, materiais, insumos, equipamentos e ferramentas, zelando pela segurança e boa conservação desses itens;
- Providenciar junto à administração da CONTRATADA o respectivo profissional substituto em caso de ausência;
- Acompanhar pessoalmente todas as manutenções corretivas complexas, tanto internas (salas, gabinetes, evaporadoras) quanto externas (condensadoras, redes frigorígenas), garantindo execução técnica adequada, cumprimento dos SLAs e qualidade das intervenções.

4.26.3.1. Em caso de paralisação do funcionamento do sistema de climatização de qualquer andar, setor, sala ou gabinete, o Supervisor informará imediatamente à fiscalização e, pessoalmente, aos usuários afetados, no prazo máximo de 30 minutos da ocorrência, esclarecendo, no mínimo:

- a) O motivo técnico da paralisação;
- b) O reparo a ser realizado;
- c) A previsão realista de conclusão da manutenção, com monitoramento e



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

atualização conforme evolução dos trabalhos.

4.27. OUTROS SERVIÇOS

4.27.1. Caberá à CONTRATADA ainda realizar eventuais remanejamentos, adições, supressões e reprogramações de condensadoras, evaporadoras, sensores, atuadores e controladores em função de mudanças no leiaute, de forma a readequar o sistema à nova situação.

4.27.2. Limpeza de dutos e higienização de instalações de ar condicionado, com o emprego de sistema robotizado com escovas rotativas a seco para remoção de sujidades nas paredes internas do duto, conforme regulamentação da Anvisa, do Ministério da Saúde e da Lei/RJ nº 4.192/2003, incluindo:

- a) Fornecimento de mão de obra especializada, supervisão, equipamentos e materiais específicos para a execução do serviço;
- b) Monitoramento do processo de higienização pela avaliação biológica, física e química nas amostras de ar coletadas nos ambientes climatizados internos, para análise qualitativa e quantitativa, antes e depois do processo de limpeza e higienização.
- c) Filmagens e fotografias das condições internas dos dutos antes e após o processo de limpeza e higienização.

4.27.2.1. Concluída a etapa de limpeza e higienização, a CONTRATADA deverá efetuar um diagnóstico situacional do ambiente, a ser executado em 1 (um) setor de cada pavimento, oportunamente determinado pela Fiscalização. O resultado deverá fornecer índices de pureza do ar ambiente, compatíveis com os padrões aceitáveis internacionalmente. O diagnóstico deverá ser composto de:

- a) Inspeção visual no interior dos dutos, realizada da mesma maneira que na inspeção prévia;
- b) Um equipamento dotado de câmara que percorrerá internamente os dutos limpos para vistoria e registro da qualidade e eficiência do serviço;
- c) As imagens desta vistoria deverão ser gravadas em meio digital a cores para arquivo, sendo 1 (uma) cópia fornecida à Fiscalização;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

d) Relatório técnico fotográfico sobre o serviço executado, contendo recomendações técnicas, comentários e sugestões de melhoria das instalações;

4.27.2.2.A limpeza de dutos será faturada separadamente, com o custo por parte da CONTRATANTE, sendo o preço aquele definido em tabelas oficiais ou por meio de ampla pesquisa de mercado.

4.27.2.3.A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente a existência de qualquer defeito em equipamentos/instalações que não possam ser eliminados pelos serviços contratados, indicando as prováveis causas dos defeitos. A CONTRATADA incumbir-se-á das verificações e reparos necessários, podendo os serviços serem executados pela CONTRATADA ou outra empresa.

4.27.2.4.No decorrer da prestação dos serviços a CONTRATADA deverá aferir o desempenho dos equipamentos e a adequação das instalações, sugerindo modificações objetivando otimizar os sistemas.

4.27.2.5.Durante o período de garantia dos equipamentos, os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a constatação de que o problema não decorre de defeito de fabricação.

4.27.2.5.1. Ficando constatado que o problema do equipamento decorre de defeito de fabricação, a CONTRATADA comunicará o fato à CONTRATANTE para que sejam tomadas as medidas necessárias para a solução do problema.

4.27.2.5.2. Caso haja necessidade de retirada de equipamentos ou componentes dos sistemas para conserto, a CONTRATADA comunicará o fato à Fiscalização que, após constatar tal necessidade, autorizará a desinstalação e a saída deles.

4.27.2.5.3. As despesas com a retirada e devolução de equipamentos ou componentes correrão por conta da CONTRATADA.

4.27.2.6.Sempre que solicitada, a CONTRATADA prestará assessoria técnica no desenvolvimento de estudos e projetos complementares às ações de manutenção preventiva e corretiva, assim compreendida:

- Estudos de melhoria e modernização – consistem em estudos e modificações



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

dos equipamentos e instalações após a constatação de defeitos, falhas ou inadequação, visando a introdução de novos materiais, componentes ou modificações tecnológicas, de forma a se obter o aumento da confiabilidade, capacidade e manutenibilidade, compreendendo:

- a) Especificação e detalhamento de materiais;
- b) Estudos e encaminhamento técnico de problemas;
- c) Parâmetros de recebimento de materiais e de acompanhamento de serviços;
- d) Estudos técnicos e econômicos relativos à renovação e reforma de equipamentos e instalações.
- e) Projetos de reformas, renovações e reconstruções decorrentes de final de vida útil de equipamentos e instalações, bem como de modificações de leiaute.

4.27.2.6.1. Os trabalhos elaborados passarão a integrar o acervo técnico da CONTRATANTE, que lhes dará a destinação que mais convier, preservando a menção de autoria na forma da legislação vigente.

4.27.2.7. O sistema de ar-condicionado VRF do Edifício-Sede da Procuradoria Regional da República da 2ª Região é monitorado e controlado por meio de sistema de automação que informa alarmes, estados e valores (temperatura, pressão, vazão etc.) de todos os componentes do sistema. A operação do sistema envolve:

- a) Intervenções corriqueiras na programação dos equipamentos, via software do fabricante, tais como: ligar/desligar, ajuste de temperatura, programação na central de controle etc., realizadas pela equipe residente;
- b) Intervenções extraordinárias, através da conexão de dispositivo de aquisição de dados diretamente na rede afetada, com vistas ao diagnóstico em situações de falha ou mal funcionamento dos equipamentos, realizadas pela equipe residente ou por técnico especializado.

4.27.2.7.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar à equipe residente ao menos um computador (notebook) para operação, supervisão e acompanhamento das



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

informações geradas pelo sistema.

4.27.2.7.2. A execução dos serviços de operação compreende também:

- a) Operar os equipamentos tipo VRF em modo manual sempre que o sistema de automação falhar, ligando e desligando equipamentos, abrindo e fechando válvulas, dentre outros;
- b) Operar manualmente outros equipamentos (equipamentos Split e outros) sempre que solicitados;
- c) Usar o sistema gerenciador de manutenção, monitorando e gerando ordens de serviço, atualizando seus dados e fazendo a inclusão de equipamentos no cadastro;
- d) Elaboração de relatório mensal, contendo resumo das anormalidades e fatos ocorridos no período, bem como ações adotadas e relatórios gerados.

4.27.2.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.28. Materiais e Equipamentos

4.28.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

4.28.2. A CONTRATADA deverá fornecer os materiais e equipamentos necessários à execução do contrato, os quais deverão ser novos, de primeiro uso, e boa qualidade, sujeitos a prévia aprovação da CONTRATANTE, observando as especificações, qualidade e o estoque mínimo mensal a ser mantido em local cedido por esta e que deverão estar disponíveis na data prevista para o início do contrato;

4.28.3. Das Definições

4.28.3.1. Materiais de consumo: são os que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços (exs.: fita isolante de diversas



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

cores, parafusos, porcas e arruelas, anilhas, terminais, solda, abraçadeiras de nylon e de ferro, brocas, serra copo, arrebites, buchas de nylon, pregos, cola, fita zebreada, arame galvanizado, materiais de escritório, e outros necessários à execução dos serviços), os quais deverão ser de primeira qualidade e estar em condição de uso;

4.28.3.1.1. A relação dos materiais de consumo com a respectiva estimativa de consumo anual encontra-se na planilha de custos e formação de preços;

4.28.3.2. Equipamentos: para efeito do contrato, são os equipamentos de proteção individual (EPIs), de comunicação, máquinas, ferramentas, produtos, aparelhos de medições, softwares e os equipamentos com a estimativa de consumo anual ou reposição constante da planilha de custos e formação de preços;

4.28.3.3. Materiais para ressarcimento: todos os demais materiais que não se enquadram nas categorias de materiais para consumo ou materiais para reposição e adaptação, categoria em que se enquadram materiais como os de uso eventual, de uso imprevisível ou urgente, ou ainda, os que podem causar a interrupção de serviços, máquinas e equipamentos;

4.29. Do fornecimento de materiais de consumo e equipamentos

4.29.1. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais de consumo necessários a perfeita execução dos serviços;

4.29.2. A CONTRATADA deverá dispor de todos os equipamentos (EPIs, equipamentos de comunicação, máquinas, ferramentas, produtos, aparelhos de medições, softwares,) e testes/análises indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários;

4.29.3. Ficará a cargo da CONTRATADA toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos equipamentos, ferramentas, materiais, componentes, produtos, aparelhos de medições e testes indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários;

4.29.4. Os equipamentos deverão ser compatíveis com as instalações elétricas disponíveis nas



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

dependências da CONTRATANTE e mantidos em perfeitas condições de funcionalidade, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações físicas e/ou elétricas da CONTRATANTE, devendo, ainda, ser de alta eficiência energética, e possuir fiação elétrica segura e em tamanho suficiente para seu uso adequado;

- 4.29.5. A retirada de qualquer equipamento disponibilizado para execução do serviço deverá ser comunicada, por escrito, ao gestor do contrato, promovendo a devolução no prazo estipulado pela CONTRATANTE;
- 4.29.6. A CONTRATADA deverá apresentar certificado de calibração dos aparelhos de medição, teste e análise utilizados na execução de manutenções e elaboração de laudos ou relatórios, sempre que solicitado pela CONTRATANTE;
- 4.29.7. A CONTRATADA deverá entregar ao fiscal do contrato, para que seja realizada avaliação, todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos. O descarte de materiais será de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
- 4.29.8. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos e originais, comprovadamente de primeira qualidade, não podendo ser recondicionados ou reaproveitados e deverão estar de acordo com as especificações, além de ser submetidos à aprovação do fiscal do contrato;
- 4.29.9. Na tabela abaixo é apresentada uma estimativa de materiais e equipamentos necessários à rotina de manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização da Procuradoria Regional de República da 2ª Região.

LISTA ESTIMATIVA DE MATERIAIS DE CONSUMO	
ITEM	QUANTIDADE ANUAL
Fluido refrigerante (R-410) – Cilindro de 11,3kg	12 unidades
Fluido refrigerante (R-32) – Cilindro de 9,5kg	4 unidades
Nitrogênio - Cilindro 1m³ com regulador de pressão	2 unidades



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

Óleo para compressores VG 32 (Montreal ou similar) 1 litro	4 unidades
Graxa – Pote de 1kg	3 unidades
Desengripante antiferrugem spray 300ml (WD-40 ou similar)	6 unidades
Pasta térmica 100g (Implastec ou similar)	12 unidades
Spray limpa-contato – Lata 300ml	12 unidades
Limpador multiuso 500ml	12 unidades
Detergente para limpeza de serpentinas – 1 litro (Zentith, etc)	10 unidades
Bactericida para higienização de filtros 5 litros (Air Shield, etc.)	5 unidades
Fita Veda Rosca 50m	2 unidades
Fita isolante – 20 metros (3M ou similar)	6 unidades
Fita Silver Tape – Rolo 25m (3M ou similar)	12 unidades
Fita PVC Branca – 10m	10 unidades
Fita PVC Preta – 10m	20 unidades
Tubo elastomérico 3/8”	5 unidades
Tubo elastomérico 5/8”	5 unidades
Tubo elastomérico 7/8”	10 unidades
Tubo elastomérico 1”	5 unidades
Joelho soldável marrom 25mm	10 unidades
Joelho soldável marrom 32mm	10 unidades
Luva soldável marrom 25mm	10 unidades
Luva soldável marrom 40mm	10 unidades
Panos para limpeza	50 unidades
Lixas de ferro nº 120	5 unidades



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

Abraçadeiras de nylon 15cm – Pacote com 100 unidades	5 unidades
Terminal elétrico tipo macho e fêmea 4mm	20 unidades
Terminal elétrico tipo macho e fêmea 6mm	20 unidades
Terminal elétrico tipo anilha 4mm	20 unidades
Terminal elétrico tipo anilha 6mm	20 unidades
Solda Foscooper para tubulação de cobre (vareta 46cm)	50 unidades
Pasta Fluxo de solda Foscooper – Frasco 100g	1 unidade
Adesivo para PVC – Frasco 175g	2 unidades
Adesivo instantâneo 20g (Tek Bond ou Similar)	3 unidades

LISTA ESTIMATIVA DE EQUIPAMENTOS	
ITEM	QUANTIDADE ANUAL
Computador portátil (notebook)	1 unidade
Multímetro digital	2 unidades
Capacímetro digital	2 unidades
Alicate amperímetro	2 unidades
Manifold digital com vacuômetro	1 unidade
Bomba de vácuo profissional duplo estágio 12 CFM	1 unidade
Detector de vazamento de fluido refrigerante	1 unidade
Recolhedora de gás refrigerante 1HP	1 unidade
Trena metálica com 5 metros	2 unidades
Estilete	5 unidades



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

Pincel de nylon 2"	12 unidades
Alicate universal	3 unidades
Alicate de bico	3 unidades
Alicate de corte	3 unidades
Alicate prensa terminal (Vonder ou similar)	2 unidades
Alicate de pressão	2 unidades
Jogo de Chaves Allen 9 Peças	2 unidades
Jogo de chaves Philips – 5 Peças	2 kits
Jogo de chaves de fenda – 5 Peças	2 kits
Jogo de chaves cotoco com fenda e Phillips	2 kits
Jogo de chaves estrela 6 a 22mm – Kit 8 peças	2 kits
Jogo de chaves canhão 6 a 13mm – Kit 6 peças	2 kits
Jogo de chave de boca 6 a 22mm – Kit 8 peças	2 kits
Jogo de soquetes completo 22 peças	1 unidade
Jogo de chave sindal fenda e Phillips	2 kits
Tesoura de cortar chapa	1 unidade
Escova de aço manual	2 unidades
Bolsa coletora para evaporadora cassete	2 unidades
Bolsa coletora para evaporadora hi-wall	2 unidades
Bolsa coletora para evaporadora piso-teto	2 unidades
Bolsa de ferramentas profissional	3 unidades
Chave inglesa 8"	1 unidade



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

Chave inglesa 10"	1 unidade
Chave inglesa 16"	1 unidade
Martelo comum	2 unidades
Arco de serra	1 unidade
Serra para arco de serra	6 unidades
Serrote para gesso Drywall 6"	1 unidade
Extensão elétrica profissional 30 metros com tomada de 10A e 20A	1 unidade
Guia passa-fio 30m com alma de aço	1 unidade
Lavadora de Alta Pressão 1400W ou maior (Wap ou similar)	1 unidade
Lavadora de Alta Pressão Portátil a Bateria	2 unidades
Parafusadeira sem fio com kit de brocas e pontas	2 unidades
Furadeira elétrica com jogo de brocas (Bosch, Makita ou similar)	1 unidade
Soprador térmico	1 unidade
Aspirador de pó (pó e água)	1 unidade
Ferro de solda profissional	1 unidade
Solda estanho em fio – Rolo 500g	1 unidade
Kit Flangeador e Alargador de Tubos de Cobre	1 kit
Conjunto PPU Solda Oxi/Acetileno completo	1 unidade
Kit portátil de solda para refrigeração completo	2 kits
Refil Maçarico para Kit de Solda Refrigeração – 400g	6 unidades
Kit Lanterna e espelho telescópico	1 unidade



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

Termômetro infravermelho digital	2 unidades
Termômetro digital Penta 5 sensores	1 unidade
Anemômetro portátil digital	1 unidade
Balança digital para refrigeração	1 unidade
Placa de sinalização “em manutenção”	2 unidades
Escada portátil de alumínio 8 degraus	1 unidade
Escada portátil de alumínio 5 degraus	2 unidades

EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA (EPIs)		
ITEM	QUANTIDADE POR PROFISSIONAL (ANUAL)	TOTAL
Luvas de segurança	4 pares	20 pares
Óculos de segurança	2 unidades	10 unidades
Máscara de segurança PFF2	2 unidades	10 unidades
Protetor auricular	4 pares	20 pares
Botina de segurança	2 pares	10 pares
Cinturão de segurança	1 unidade para cada técnico	3 unidades
Calça jeans	3 unidades	15 unidades
Blusa polo	5 unidades	25 unidades

4.29.10. As tabelas de materiais de consumo, peças e equipamentos apresentadas neste ETP possuem caráter exclusivamente estimativo, baseadas em:

- Experiência acumulada dos contratos anteriores de manutenção do sistema de climatização da Procuradoria;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- b) Consulta a contratos similares de outros órgãos públicos;
- c) Recomendações técnicas de engenheiros e técnicos especializados;
- d) Histórico de consumo médio dos últimos 24 meses.

4.29.10.1. As quantidades poderão ser alteradas durante a execução contratual (supressão, acréscimo ou substituição), conforme necessidade real apurada pela Fiscalização, observados os limites legais de alteração quantitativa (Lei 14.133/2021).

4.29.10.2. Em caso de prorrogação contratual, os itens e quantidades das tabelas poderão ser revistos e alterados, conforme necessidade operacional apurada, podendo tais alterações refletir no cálculo da planilha de custos e composição de preços.

4.29.10.3. A CONTRATADA não poderá alegar surpresa ou insuficiência de quantidades para justificar descumprimento contratual ou reajustes indevidos.

4.29.11. A CONTRATADA deverá disponibilizar ainda, durante toda a vigência do contrato:

- a) Dispositivo LGMV LG (LG Multi V Service Tool) - 1 unidade (ferramenta oficial para diagnóstico VRF LG);
- b) Smartphone/Tablet ou Notebook dedicado - 1 unidade (compatível Android/iOS/Windows + WiFi);
- c) Acessórios completos: interface wireless, cabos de comunicação RS485, softwares atualizados, carregadores.

4.29.11.1. O LGMV LG se conecta via WiFi direto ao dispositivo móvel/notebook permitindo diagnóstico avançado, leitura de parâmetros em tempo real, controle de evaporadoras e backup de configurações do sistema VRF LG.

4.29.11.2. Ambos os equipamentos (LGMV + dispositivo) devem estar sempre disponíveis nas dependências da Procuradoria, em perfeitas condições de funcionamento.

4.29.11.3. Pelo menos o Supervisor Técnico deverá demonstrar domínio completo da utilização deste equipamento desde o início do contrato, treinando todos os técnicos residentes.

4.29.11.4. A indisponibilidade do conjunto LGMV + dispositivo poderá acarretar glosas ou sanções contratuais até a regularização da pendência.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

4.29.12. Procedimento de entrega e pagamento dos materiais de consumo, ferramentas e equipamentos:

4.29.12.1. Ferramentas e Equipamentos: Deverão estar integralmente disponíveis desde o 1º dia de vigência do contrato, com Termo de Entrega a ser assinado pela Fiscalização.

4.29.12.2. Materiais de Consumo: Poderão ser entregues:

- a) Integralmente no início do contrato;
- b) Periodicamente (mensal/bimestral), em acordo prévio com a Fiscalização, observada a lista estimativa acima e sem interrupção dos serviços.

4.29.12.3. Pagamento: Os custos dos itens listados acima fazem parte da formação de preço mensal de cada posto de trabalho, sendo pagos mensalmente mediante apresentação da Nota Fiscal, condicionada à verificação de entrega/conformidade pela Fiscalização. A não entrega acarretará glosa proporcional do valor correspondente aos itens em falta.

4.29.12.4. A Fiscalização registrará entregas mensais em termo de conferência, servindo de base para pagamento e eventuais glosas. A CONTRATADA substituirá itens em falta imediatamente.

4.29.12.5. Todos os materiais de consumo, ferramentas e equipamentos listados acima deverão permanecer disponíveis em tempo integral nas dependências da Procuradoria durante toda a vigência do contrato, não sendo permitida sua retirada ou remoção sem autorização expressa e prévia da Fiscalização, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis.

4.29.13. Em caso de dano, perda, furto ou mau uso de qualquer ferramenta, equipamento ou material de consumo listado acima, a CONTRATADA substituirá o item em até 48 horas, garantindo que o contrato não fique desguarnecido de qualquer bem necessário à execução dos serviços, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

4.29.14. Ao término do contrato, a CONTRATADA retirará todos os materiais remanescentes, ferramentas e equipamentos de sua propriedade, deixando as dependências completamente livres e limpas, sem ônus para a CONTRATANTE.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 4.29.15. Não haverá transferência de propriedade de quaisquer itens fornecidos pela CONTRATADA (materiais de consumo, ferramentas, equipamentos), salvo acordo expresso em aditivo contratual específico e devidamente homologado.
- 4.29.16. As peças substituídas nos equipamentos da CONTRATANTE, como objeto de manutenção preventiva ou corretiva permanecerão como patrimônio público, não sendo objeto desta destinação.
- 4.29.17. Em caso de prorrogação da vigência, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA manterá as obrigações integralmente renovadas para o novo período, fornecendo novos materiais de consumo na quantidade proporcional à prorrogação e garantindo ferramentas/equipamentos em pleno funcionamento (substituindo os danificados), sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

5. DA GESTÃO DO CONTRATO

- 5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e segundo a Lei Nº14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 5.2. As comunicações entre o Órgão CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, a exemplo dos ofícios, admitindo-se também o uso de mensagens eletrônicas, por meio correio eletrônico, *e-mail*, através de endereços eletrônicos específicos;
- 5.3. O CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 5.4. A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.
- 5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial visando a apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações quanto às obrigações



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

contratuais, aos mecanismos de fiscalização, as estratégias para execução do objeto, o método de aferição dos resultados e as sanções aplicáveis, dentre outros.

- 5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) Fiscal(is) Técnico(s) e/ou pelo(s) Fiscal(is) Administrativo(s) do Contrato, ou ainda por seus respectivos Substitutos, conforme o Artigo 117, *caput*, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

- 5.7. O Fiscal Técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 5.7.1. O Fiscal Técnico do contrato anotarás no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 5.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o Fiscal Técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 5.7.3. O Fiscal Técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 5.7.4. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos Fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II);

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 5.8. O Fiscal Administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

- 5.8.1.** Caso ocorram descumprimentos das obrigações contratuais, o Fiscal Administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV);
- 5.9.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);
- 5.9.1.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que dificultam o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);
- 5.9.2.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos Fiscais Técnico, Administrativo e Setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);
- 5.9.3.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela Comissão de que trata o artigo 158 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, Artigo 21, Inciso X);



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 5.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);
- 5.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

6. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS; DO FATURAMENTO E DAS CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO

DO RECEBIMENTO

- 6.1. O serviço será recebido definitivamente no prazo de até 30 (Trinta) dias do mês seguinte à prestação dos serviços (mês de competência), pelo Fiscal Técnico do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo específico (Termo de Recebimento Definitivo), obedecendo aos seguintes procedimentos:
- 6.2. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);
- 6.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 6.4. Emitir Termo Circunstanciado (Termo de Recebimento Definitivo) para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 6.5. Comunicar à CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- 6.6. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão;
- 6.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;
- 6.8. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;
- 6.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades;

DO FATURAMENTO

- 6.10. Após a comunicação formal do Fiscal Técnico do Contrato, através de mensagem eletrônica por e-mail, e no prazo de até o 5º (Quinto) dia útil do mês subsequente à prestação de serviços (mês da competência), a CONTRATADA deverá apresentar fatura de serviços ou nota fiscal de serviços, devidamente discriminada, em nome da UASG, CNPJ da UASG, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade perante a Receita Federal do Brasil, INSS, FGTS, Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas {CNDT} - Lei Nº12.440/2011); Certidão de Regularidade Fiscal do FGTS – CRF, gerido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- 6.11. A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.
- 6.12. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 6.13. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal de serviços serão efetuadas as retenções dos valores correspondentes aos tributos e às contribuições sociais, nos termos legais;
- 6.14. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

DAS CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO

- 6.15. A CONTRATADA deverá emitir e enviar à CONTRATANTE, até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês de competência, a respectiva fatura ou nota fiscal de serviços. Este envio (protocolo) será concretizado através de endereço eletrônico específico, na rede mundial de computadores:
- a) Acessar o endereço: www.protocolo.mpf.mp.br;
 - b) Preencher os dados do remetente, do responsável pelo envio e do destinatário;
 - c) Depois da descrição do documento, selecionar o(s) arquivo(s) e marcá-lo(s) como sigiloso(s), quando necessário; e
 - d) Após declarar que os dados são verdadeiros, clicar em Protocolar.
- 6.16. 6.17. A CONTRATADA deverá encaminhar, juntamente à fatura mensal, tabela (planilha) pormenorizada de todos os insumos (materiais de consumo) fornecidos durante o mês de competência (mês de utilização daqueles insumos), visando a conferência dos quantitativos e dos valores pelos Fiscais Técnicos do Contrato, dada a relevância deste quesito na composição da parcela variável para efeito de emissão da nota fiscal de serviços;
- 6.17. O valor mensal apurado relativo aos insumos efetivamente fornecidos será dividido pela quantidade de postos contratados e inserido na célula correspondente da planilha de custos vigente (Módulo 3 – Item B - “Materiais”), de forma a se apurar o valor global mensal sujeito a faturamento;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 6.18. Os pagamentos dos insumos, por tratarem-se de itens com quantitativos estimados, observarão o material efetivamente entregue, havendo o pagamento nos limites daquilo que for comprovadamente fornecido;
- 6.19. O pagamento à CONTRATADA será efetuado pelo(s) serviço(s) efetivamente prestado(s), em moeda nacional, no prazo de até o 10º (décimo) dia útil, a contar do ateste, configurado pela emissão do Termo de Recebimento Definitivo, por meio de depósito em conta corrente da pessoa jurídica CONTRATADA, mediante Ordem Bancária;
- 6.20. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária;
- 6.21. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;
- 6.22. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou da nota fiscal de serviços, ou dos documentos exigidos como condição essencial para o pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação;
- 6.23. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

$I = \frac{(TX/100)}{365}$, assim apurado: $I = \frac{(6/100)}{365}$ $I = 0,00016438$

365

365



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

- 6.24. 6.25. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no Artigo 38 do Decreto nº 93.872/1986;
- 6.25. No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal de Serviços, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IRRF-PJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil - RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso;
- 6.26. A fatura mensal poderá sofrer glosas referentes ao mês de competência da prestação de serviços ou de meses anteriores, como, por exemplo, quando da apuração de faltas dos funcionários ou postos com cobertura parcial, durante a jornada diária;

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE

7.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

- 7.1.1. Acompanhar e gerenciar a execução do Contrato, informando o modo de acompanhamento e condução das ações, mantendo registro próprio de todas as ocorrências;
- 7.1.2. Disponibilizar instalações físicas para a equipe de funcionários da empresa CONTRATADA, comunicando ao LICITANTE vencedor, por escrito e tempestivamente, e eventuais mudanças de endereço para cobrança;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 7.1.3. Pagar a importância correspondente aos serviços efetivamente prestados pela CONTRATADA, no prazo pactuado, mediante a nota fiscal/fatura, devidamente atestada;
- 7.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor/contratado;
- 7.1.5. Estabelecer em conjunto com a CONTRATADA rotinas para o cumprimento do objeto do consequente Contrato;
- 7.1.6. Solicitar a substituição de qualquer empregado ou preposto do licitante vencedor, cujo comportamento ou qualificação técnica venham a ser julgados inconvenientes ou insatisfatórios para a execução do objeto do Contrato firmado;
- 7.1.7. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo então licitante vencedor/contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 7.1.8. Destinar local para guarda dos materiais, equipamentos e utensílios utilizados pela CONTRATADA na execução do objeto do contrato;
- 7.1.9. Aplicar à CONTRATADA penalidades regulamentares e contratuais;
- 7.1.10. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato;
- 7.1.11. A CONTRATANTE exercerá o direito de acompanhamento e fiscalização dos serviços, com registro de falhas e sugestões corretivas por meio de Servidores por ela designado.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- 8.1.1. Iniciar os serviços na data definida pela Administração para o início da vigência do contrato;
- 8.1.2. Fornecer os uniformes e s Equipamentos de Proteção Individuais – E.P.I.’s, segundo a função, completos aos seus empregados semestralmente ou sempre que solicitado pela CONTRATANTE;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 8.1.2.1. Fornecer todos os uniformes devidamente ajustados ao manequim do funcionário, a partir da data prevista para início da execução dos serviços, gratuitamente, ou a qualquer tempo, no prazo de 5 (Cinco) dias úteis, após comunicação escrita da CONTRATANTE, sempre que deixarem de atender às condições mínimas de uso e de apresentação;
- 8.1.2.2. Entregar os uniformes mediante recibo com relação nominal, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada aos Fiscais Técnicos, gestores do contrato;
- 8.1.2.3. Fornecer, ainda, uniformes apropriados às empregadas gestantes, substituindo-os sempre que necessário, conforme a evolução gestacional;
- 8.1.3. 8.1.3. Manter os empregados uniformizados e devidamente identificados por meio de crachás com fotografia, de forma condizente com o serviço a executar, fornecendo-lhes uniformes em quantidades suficientes para se apresentarem dentro dos padrões de eficiência e higiene recomendáveis;
- 8.1.4. Manter um responsável pelo gerenciamento dos serviços, na qualidade de preposto, com poderes de representante para tratar diretamente com a CONTRATANTE;
- 8.1.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo Órgão CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo a empresa CONTRATADA designar outro para o exercício desta atividade, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- 8.1.5. Fornecer a cada empregado o quantitativo de vale-refeição ou vale-alimentação segundo o quantitativo de dias úteis em cada mês, assim como todo o vale-transporte no quantitativo necessário para que cada empregado se desloque da residência ao trabalho e vice-versa durante todo o mês, incluindo-se neste cômputo todas as espécies de transporte urbano metropolitano, a exemplo do Bilhete Único Intermunicipal – BUI;
- 8.1.5.1. Os valores do vale-refeição ou vale-alimentação diários deverão ser corrigidos sempre pelo mesmo índice da Convenção Coletiva de Trabalho ou do Acordo Coletivo de Trabalho da respectiva categoria profissional;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 8.1.5.2. O vale-refeição e o vale-transporte devem ser pagos e/ou creditados, em parcela única, até o último dia útil precedente ao mês de utilização (mês de competência);
- 8.1.5.3. Fornecer a seus empregados os valores referentes à alimentação e ao transporte no caso de serviços extraordinários realizados aos sábados, domingos ou feriados, sempre que as atividades demandarem jornadas nestes dias;
- 8.1.5.4. Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências da CONTRATANTE, e vice-versa, por meios próprios, em casos de paralisação dos transportes coletivos;
- 8.1.6. Recrutar em seu nome e sob sua responsabilidade, todos os empregados necessários à perfeita execução dos serviços contratados, observando-se, sempre, o regime de contratação sob as normas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de Maio de 1943;
- 8.1.6.1. Apresentar previamente à CONTRATANTE, para análise, a relação dos empregados, e seus respectivos curriculum vitae, inclusive os substitutos ocasionais ou eventuais, envolvidos com a execução do Contrato;
- 8.1.6.2. Apresentar, concomitantemente ao início da prestação dos serviços, Declaração de Parentesco (Resolução n.º 37/2009-CNMP) e ficha cadastral de todos os empregados, inclusive os substitutos, envolvidos com a execução deste CONTRATO, atentando para as contratações de pessoal supervenientes ao início da vigência contratual;
- 8.1.6.3. A CONTRATADA deverá obter dos empregados disponibilizados para os serviços Declaração de Parentesco, em observância ao que dispõe o Artigo 4º da Resolução Nº37/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP;
- 8.1.6.4. Na ficha cadastral deverão constar os seguintes dados: logomarca da empresa, nome completo dos funcionários, data de admissão e data de início da prestação de serviços na CONTRATANTE; nº do CPF; Nº do RG com o Órgão Emissor, Unidade da Federação – UF, e data de expedição; Número e Série da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (mesmo sob a nova modalidade eletrônica); endereço completo, CEP, números dos telefones fixo e/ou celular; *e-mail* particular, data de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

nascimento, filiação, função exercida, número do crachá e matrícula junto à empresa CONTRATADA;

- 8.1.6.5. Fornecer à CONTRATANTE a escala nominal de férias, licenças e faltas, se houver, dos empregados e seus respectivos substitutos eventuais. As férias deverão ser informadas aos funcionários com a antecedência mínima de 1 (um) mês, mediante comunicado formal assinado; acompanhada da ficha cadastral do funcionário substituto;
- 8.1.7. Somente proceder à transferência de pessoal após notificação da CONTRATANTE;
- 8.1.8. Promover, anualmente, cursos de formação, capacitação, treinamento, reciclagem, relações interpessoais e segurança no trabalho aos empregados envolvidos com a prestação do serviço, de forma a não interferir na prestação do serviço;
- 8.1.9. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, nas condições previstas em Convenção Coletiva de Trabalho ou do Acordo Coletivo de Trabalho da respectiva categoria profissional. Na ausência desta cláusula coletiva específica, a empresa CONTRATADA deverá, em caráter de contratação direta (pactuação sob o caráter de estipulante), firmar apólice de seguro com este fim específico, contra riscos de acidentes de trabalho, perante empresa seguradora com registro formal junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, elegendo o rol de funcionários da empresa CONTRATADA na qualidade de beneficiários;
- 8.1.10. Orientar os empregados a se comportarem sempre de forma cordial com os demais e se apresentarem sempre dentro dos padrões de eficiência e higiene compatíveis com o local de prestação dos serviços;
- 8.1.11. Observar conduta adequada na utilização dos materiais e equipamentos;
- 8.1.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE;
- 8.1.13. Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 8.1.14. Apresentar, quando da assinatura do CONTRATO, planilha de custos pormenorizada referente a todos os materiais e equipamentos descritos neste Termo de Referência, incluindo as marcas oferecidas, em quantidades suficientes a executar os serviços conforme especificados, em consonância com o valor global contratado;
- 8.1.15. Fornecer, às suas expensas, os materiais e equipamentos e insumos, nas quantidades, especificações, condições e prazos fixados neste Termo;
- 8.1.16. Substituir os materiais e/ou equipamentos achados em desacordo com as especificações de referência, no prazo estipulado pelos Fiscais Técnicos do contrato, se outro não estabelecido neste Termo;
- 8.1.17. Cumprir, imediata e independentemente de repactuação do CONTRATO, as normas estabelecidas em dissídio da respectiva categoria profissional, tão logo tenha sido homologado, sobretudo no que se refere ao aumento de salário e do vale-alimentação;
- 8.1.18. Pagar, até ao 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, os salários de todos os empregados envolvidos na prestação de serviços, quer sejam aqueles em caráter fixo ou de cobertura, e fornecer os contracheques no mesmo dia do crédito do salário, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de Maio de 1943;
- 8.1.19. Recolher no prazo legal todos os encargos decorrentes da contratação dos funcionários, apresentando à administração da CONTRATANTE, mensalmente, os respectivos comprovantes, fiscais, tributários e previdenciários;
- 8.1.19.1. O atraso no pagamento da fatura ou da nota fiscal de serviços, por parte da CONTRATANTE, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a CONTRATADA de promover o pagamento dos salários e o recolhimento dos demais encargos trabalhistas e fiscais nas datas regulamentares;
- 8.1.20. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, os quais não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

- 8.1.21. Prover toda a mão-de-obra necessária a garantir a realização dos serviços contratados, obedecidas as normas trabalhistas vigentes;
- 8.1.22. Designar e manter em seus quadros um Supervisor com poderes de representante para tratar diariamente com a CONTRATANTE, que será responsável por:
 - 8.1.22.1. Implantar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências e equipamentos da CONTRATANTE de que fizer uso, mediante a gestão diária dos serviços prestados em todas as dependências da CONTRATANTE, visando o atendimento do padrão de qualidade esperado;
 - 8.1.22.2. Atendimento às solicitações, sobretudo no que digam respeito à conduta dos prestadores de serviço e à execução das rotinas diárias;
 - 8.1.22.3. Dispensar aos funcionários destacados como substitutos ocasionais ou eventuais, as orientações necessárias à realização dos serviços;
 - 8.1.22.4. Prover a vaga, por ocasião das férias ou outros afastamentos regulares ou ocasionais de seus funcionários, com uma pessoa exclusiva - cuja regularidade de sua situação laboral deverá ser previamente comprovada, inclusive com a apresentação de sua Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, anotada pela CONTRATADA, durante todo o período de afastamento do anterior ocupante da função, a fim de evitar indesejável rotatividade de empregados;
 - 8.1.22.5. Efetuar a reposição de pessoal, no prazo máximo de 02 (Duas) horas, em caso de eventual ausência, considerando-se o horário de início da jornada do posto específico;
 - 8.1.22.5.1. Nos casos relacionados à impontualidade o tempo de atraso também será considerado no cálculo do desconto em Nota Fiscal de Serviços (glosas);



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 8.1.22.5.2.** O devido desconto em Nota Fiscal de Serviços, a título de glosa, não afasta a possibilidade de aplicação de penalidade administrativa à empresa CONTRATADA;
- 8.1.22.5.3.** Na hipótese de ausência parcial ou total de funcionário, a empresa CONTRATADA deverá anexar à Nota Fiscal de Serviços planilha detalhada contendo data, nome do empregado, período de ausência e nome do substituto;
- 8.1.22.5.4.** Caso não haja substituição dentro do prazo de 02 (Duas) horas, o desconto em Nota Fiscal de Serviços deverá ser feito pela empresa CONTRATADA proporcionalmente ao tempo total da ausência;
- 8.1.22.5.5.** Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE por todos os meios admitidos, atendendo prontamente a todas as reclamações, no prazo em que assinar o Fiscal Técnico do contrato;
- 8.1.22.5.6.** Manter disciplina nos locais de serviço, bem como substituir qualquer empregado, no prazo que assinar o Fiscal Técnico do contrato; cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios para a prestação do serviço;
- 8.1.23.** Eximir-se de caucionar ou utilizar o CONTRATO para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual;
- 8.1.24.** Não transferir a outros, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;
- 8.1.25.** Responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, realizando os serviços por profissionais treinados, que serão mantidos à disposição da CONTRATANTE durante os horários por essa fixados, com cumprimento de carga horária de 44 horas semanais, salvo em casos excepcionais no interesse da CONTRATANTE;
- 8.1.26.** Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da União Federal afetado aos fins da CONTRATANTE, bem como ao patrimônio dos Membros, Servidores, Estagiários, Funcionários Terceirizados de contratos distintos, ou Visitantes sob



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

qualquer modalidade, em qualquer dos Edifícios-Sede da CONTRATADA, na hipóteses de dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus próprios funcionários, ficando a empresa CONTRATADA obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade.

- 8.1.27. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, à CONTRATANTE é reservado o direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura mensal, a título de glosa, sem prejuízo de poder rescindir o CONTRATO de pleno direito;
- 8.1.28. Fornecer, em até 10 (Dez) dias após o início da vigência do contrato, 01 (um) Registrador Eletrônico de Ponto (REP) para registros mensais de frequência, compatível com a Portaria/MTE n.º 1510/2009, incluindo os insumos necessários a sua utilização (bobina, cabeamento, fonte de energia, etc.) e as devidas providências relativas à instalação, implantação e manutenção preventiva e corretiva, tanto do equipamento (*hardware*) quanto do programa (*software*);
- 8.1.29. Exercer o controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados inclusive com elaboração de planilha (relatório) de controle nominal por empregado, que deverá ser encaminhada mensalmente à CONTRATANTE;
- 8.1.30. Orientar seus empregados a manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio ou de terceiros, sob pena de responder civil, penal e administrativamente, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratual;
- 8.1.31. Impedir que o empregado que tiver sido regressado retorne a prestar serviço à CONTRATANTE;
- 8.1.32. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada por seus empregados nos locais em que desenvolvam as respectivas atividades;
- 8.1.33. Não permitir que seus funcionários executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiverem prestando serviço, ressaltando o aspecto do contrato de mão de obra residente;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

- 8.1.34. Assumir toda a responsabilidade e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, inclusive atendimento em casos de emergência;
- 8.1.35. O encarregado deverá dispor de toda a orientação, suporte e recursos, financeiros inclusive, que sejam suficientes ao atendimento do incidente, respondendo a CONTRATADA pelos atos comissivos e/ou omissivos a ele relacionados;
- 8.1.36. Emitir NOTA FISCAL DE SERVIÇO, destacando no campo descrição, o número da nota de empenho a que se refere; o mês de competência daquela prestação de serviços; o domicílio bancário da empresa CONTRATADA (número do banco, nome, número da agência e da conta corrente), sob pena de não liquidação da despesa;
- 8.1.37. Fornecer à CONTRATANTE através de protocolo eletrônico, juntamente com a fatura ou nota fiscal de serviços mensais, até o 5º (Quinto) dia útil do mês subsequente à prestação de serviços (mês da competência), os comprovantes de recolhimento da contribuição para o INSS, FGTS e folha de pagamento nominal de todos os empregados envolvidos com a execução do serviço, como condição para recebimento do valor dos serviços;
- 8.1.38. A partir do segundo mês da prestação dos serviços, os pagamentos somente serão efetuados após apresentação dos comprovantes de recolhimento dos encargos sociais (FGTS e Previdência Social), cópia da folha de ponto, cópia do relatório GFIP/SEFIP, protocolo de envio daqueles arquivos eletrônicos – conectividade social, correspondentes ao mês da última competência vencida compatível com o efetivo declarado;
- 8.1.39. Fornecer, também junto à Nota Fiscal de Serviços, em caso de demissão sob qualquer espécie dos empregados envolvidos com a execução dos serviços durante a vigência do contrato, além dos documentos descritos acima, deverá ser apresentado, como condição para pagamento da fatura ou Nota Fiscal de Serviços mensais, comprovante de quitação de todas as obrigações trabalhistas decorrentes do contrato de trabalho e de sua extinção, como, por exemplo, o Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho –



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

TRCT, devidamente homologado junto ao Sindicato Classista da respectiva categoria profissional;

- 8.1.40. Comprovar a quitação de todos os encargos sociais, fiscais e dívidas trabalhistas quando da extinção do contrato, seja pela verificação do termo final ou por qualquer outro motivo, como condição para o recebimento das parcelas a que fizer jus;
- 8.1.41. Responsabilizar-se por quaisquer atos de seus empregados que venham a comprometer a vida profissional e particular das Autoridades, Servidores, outros Prestadores de Serviço e Visitantes da CONTRATANTE;
- 8.1.42. Cumprir, além das normas legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 8.1.43. Executar, quando solicitado pela CONTRATANTE, mediante comunicação prévia escrita, os serviços extraordinários, devendo faturar em separado com base nas horas efetivamente trabalhadas, apuradas mediante registro de ponto e controle interno da CONTRATANTE;
- 8.1.44. Seguir as normas, padrões e regulamentos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018.
- 8.1.45. Observar os normativos internos da Unidade CONTRATANTE, especialmente Portarias e Instruções de Serviço.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. A proposta deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas todas as despesas diretas e indiretas com materiais, mão de obra, cumprimento das leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhista, transporte, taxas, seguros e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto.

9.2. Os valores unitários de cada categoria profissional residente são os seguintes:

PROFISSIONAL	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MENSAL
Supervisor Técnico de Climatização	01	R\$
Técnico de Refrigeração	03	R\$
Auxiliar de Refrigeração	02	R\$



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

VALOR TOTAL MENSAL	R\$
VALOR TOTAL ANUAL	R\$

9.3. O valor anual estimado desta contratação é de R\$ _____, ____ (_____).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União;
- 10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2026.

Eduardo Morais Silva

Divisão de Contratações e Gestão Contratual

Marcus Vinicius Rodriguez Barbosa

Analista do MPU / Perícia / Engenharia Civil



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

*CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PROCURADORIA REGIONAL DA
REPÚBLICA/2ª REGIÃO E A SOCIEDADE
EMPRESÁRIA _____,
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CONTINUADOS DE OPERAÇÃO E
MANUTENÇÃO, PREVENTIVA E
CORRETIVA, COM LOCAÇÃO DE MÃO DE
OBRA RESIDENTE, DO SISTEMA DE
CLIMATIZAÇÃO DE TODA SEDE DA
PROCURADORIA REGIONAL DA
REPÚBLICA – 2ª REGIÃO, SITUADA NA RUA
ALMIRANTE BARROSO Nº 54, E DO
PAVIMENTO TÉRREO DA SEDE SITUADA
NA RUA MÉXICO, Nº 158, AMBAS NO
CENTRO RIO DE JANEIRO RJ*

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio da **PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA – 2ª REGIÃO**, sediada na Avenida Almirante Barroso, 54, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, representada neste ato pelo seu Secretário Regional, **OTO FÁBIO ROCHA MATOS**, matrícula funcional nº 6525, designado pela Portaria PRR2 nº 189, de 21 de setembro de 2021 da Exma. Sra. Procuradora-Chefe Regional da República da 2ª Região, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a sociedade empresária _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ nº _____, neste ato representada por _____, adiante designado simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o contido no Processo PRR-2ª Região nº **1.02.000.000xxx/2026-xx**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 90002/2026**, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, e demais normas pertinentes, têm, entre si, como justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, **CONTRATO**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de operação e manutenção preventiva e corretiva, com disponibilização de mão de obra residente, fornecimento de peças (mediante ressarcimento), ferramentas, insumos, materiais de consumo e softwares de diagnóstico. O objeto abrange a totalidade do sistema de climatização da Procuradoria Regional da República – 2ª Região, situada na Avenida Almirante Barroso, 54 – Centro, Rio de Janeiro-RJ (Ed.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

Valparaíso), contemplando os sistemas do tipo VRF (Variable Refrigerant Flow), splits, sistema de renovação de ar e cortinas de vento de todos os pavimentos, bem como os equipamentos de climatização (ar-condicionado e cortinas de vento) do pavimento térreo da sede situada à Rua México, 158, Centro, Rio de Janeiro-RJ, visando atender às necessidades destas unidades, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 90002/2026.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A prestação dos serviços ora contratados obedecerá ao estipulado neste **CONTRATO**, bem como, às obrigações assumidas nos documentos adiante enumerados constantes do Processo PRR-2ª Região nº 1.02.000.000088/2026-87 e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste **CONTRATO**, no que não o contrarie:

- a) Edital e Anexos do Pregão Eletrônico nº 90002/2026;
- b) Proposta firmada pela **CONTRATADA** em xx/xx/2026, e dirigida à **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os serviços serão executados na forma indireta, no regime de empreitada por preço global.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A **CONTRATADA** declara que sua proposta contempla todos os elementos necessários à execução dos serviços, não podendo alegar durante a execução do **CONTRATO**, a falta de algum elemento necessário à perfeita prestação do objeto licitado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE**, além do disposto no Termo de Referência(Anexo I do Edital do Pregão nº 90002/2026), se obriga a:

- a) Designar servidores para as atividades de Fiscalização dos serviços previstos, dirimindo dúvidas da **CONTRATADA**, cumprindo e fazendo cumprir o disposto na presente especificação técnica;
- b) Rejeitar no todo ou em parte os serviços ou materiais utilizados em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**;
- c) Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PARÁGRAFO ÚNICO – A **CONTRATANTE** exercerá o direito de acompanhamento e fiscalização dos serviços e fornecimentos, com registro de falhas e sugestões corretivas através de servidor por ela designado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** se obriga, além de cumprir todos os encargos incidentes direta ou indiretamente sobre o objeto contratual e demais obrigações legais e regulamentares, a executar o objeto deste **CONTRATO** em estrita observância às especificações exigidas no Edital e Anexos do Pregão nº 90002/2026, e, ainda, às condições apresentadas em sua proposta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em caso de divergências entre o estipulado nos documentos acima descritos, prevalecerá o disposto no Termo de Referência(Anexo I do Edital do Pregão nº 90002/2026).

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenadoria gestora do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Por inexecução total ou parcial das obrigações da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá rescindir o **CONTRATO** na forma dos artigos 156 a 163, da Lei nº 14.133/21.

PARÁGRAFO QUARTO – A **CONTRATADA** deverá iniciar o serviço, a contar da data de assinatura deste **CONTRATO**, no prazo fixado pela Administração.

PARÁGRAFO QUINTO - A execução do objeto do **CONTRATO** deverá obedecer, naquilo que couber, às orientações estabelecidas nas Normas Trabalhistas vigentes.

PARÁGRAFO SEXTO – A **CONTRATADA** deverá observar e cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pela prestação de serviços descritos na **CLÁUSULA PRIMEIRA**, o valor estimado de **R\$ xxxxxxxxxxxx(xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**, mensalmente, correspondente aos serviços efetivamente prestados dentro do escopo descrito no Termo de Referência e de acordo com a tabela a seguir:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO				
POSTO	REMUNERAÇÃO	PREÇO DO POSTO	QUANT	SUBTOTAL MENSAL
SUPERVISOR TÉCNICO DE CLIMATIZAÇÃO	R\$ xxxxxxxx	R\$ xxxxxxxx	01	R\$ xxxxxxxx
TÉCNICO DE REFRIGERAÇÃO	R\$ xxxxxxxx	R\$ xxxxxxxx	03	R\$ xxxxxxxx
AUXILIAR DE REFRIGERAÇÃO	R\$ xxxxxxxx	R\$ xxxxxxxx	02	R\$ xxxxxxxx
VALOR MENSAL ESTIMADO		R\$ xxxxxxxxx(xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).		

PARÁGRAFO ÚNICO – O eventual ressarcimento por fornecimento de peças de reposição será efetivado conforme parâmetros e procedimentos descritos no Termo de Referência – Anexo I Edital do Pregão nº 90002/2026.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO

O serviço será recebido definitivamente no prazo de até 30 (Trinta) dias do mês seguinte à prestação dos serviços (mês de competência), pelo Fiscal Técnico do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo específico (Termo de Recebimento Definitivo), obedecendo aos seguintes procedimentos:

a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);

b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à **CONTRATADA**, por escrito, as respectivas correções;

c) Emitir Termo Circunstanciado (Termo de Recebimento Definitivo) para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

d) Comunicar à **CONTRATADA** para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

e) Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão;

f) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;

g) O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

h) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades;

CLÁUSULA SEXTA – DO FATURAMENTO

Após a comunicação formal do Fiscal Técnico do Contrato, através de mensagem eletrônica por e-mail, e no prazo de até o 5º (Quinto) dia útil do mês subsequente à prestação de serviços (mês da competência), a **CONTRATADA** deverá apresentar fatura de serviços ou nota fiscal de serviços, devidamente discriminada, em nome da UASG, CNPJ da UASG, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade perante a Receita Federal do Brasil, INSS, FGTS, Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas {CNDT} - Lei Nº12.440/2011); Certidão de Regularidade Fiscal do FGTS – CRF, gerido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, a **CONTRATANTE** notificará a **CONTRATADA** a sanar o problema em 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal de serviços serão efetuadas as retenções dos valores correspondentes aos tributos e às contribuições sociais, nos termos legais;

PARÁGRAFO QUARTO - Serão deduzidos dos créditos da **CONTRATADA** os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES PARA O PAGAMENTO

A **CONTRATADA** deverá emitir e enviar à **CONTRATANTE**, até o 5º dia útil do mês subsequente ao mês de competência, a respectiva fatura ou nota fiscal de serviços. Este envio (protocolo) será concretizado através de endereço eletrônico específico, na rede mundial de computadores:

- a) - Acessar o endereço: www.protocolo.mpf.mp.br;
- b) - Preencher os dados do remetente, do responsável pelo envio e do destinatário;
- c) - Depois da descrição do documento, selecionar o(s) arquivo(s) e marcá-lo(s) como sigiloso(s), quando necessário; e
- d) - Após declarar que os dados são verdadeiros, clicar em Protocolar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Contratada deverá encaminhar, juntamente à fatura mensal, tabela (planilha) pormenorizada de todos os insumos (materiais de consumo) fornecidos durante o mês de competência (mês de utilização daqueles insumos), visando a conferência dos quantitativos e dos valores pelos Fiscais Técnicos do Contrato, dada a relevância deste quesito na composição da parcela variável para efeito de emissão da nota fiscal de serviços;

a) A partir do segundo mês da prestação dos serviços, os pagamentos somente serão efetuados após a entrega de todos os documentos exigidos neste **CONTRATO**, bem como de outros que a **CONTRATANTE** entenda necessários à correta liquidação da despesa;

a.1) Todos os documentos devem corresponder ao mês anterior ao da prestação dos serviços.

a.2) no primeiro mês da prestação dos serviços, ou sempre que um novo funcionário for admitido, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

a.2.1.) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2.2.) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

a.2.3.) exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

a.3.) entrega, quando solicitado pela Administração, de quaisquer dos seguintes documentos:

a.3.1.) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

a.3.2.) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

a.3.3.) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

a.3.4.) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

a.3.5.) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

a.4.) entrega da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

a.4.1.) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

a.4.2.) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

a.4.3.) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

a.4.4.) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

b) A liberação para pagamento da fatura ou nota fiscal ficará condicionada ao atesto da unidade gestora do **CONTRATO**.

c) Caso seja necessária a retificação da fatura por culpa da **CONTRATADA**, a fluência do prazo de 10 (dez) dias úteis será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da reapresentação da fatura retificada.

d) Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da **CONTRATADA**, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor mensal apurado relativo aos insumos efetivamente fornecidos será dividido pela quantidade de postos contratados e inserido na célula correspondente da planilha de custos vigente (Módulo 3 – Item B - “Materiais”), de forma a se apurar o valor global mensal sujeito a faturamento;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os pagamentos dos insumos, por tratarem-se de itens com quantitativos estimados, observarão o material efetivamente entregue, havendo o pagamento nos limites daquilo que for comprovadamente fornecido;

PARÁGRAFO QUARTO O pagamento à **CONTRATADA** será efetuado pelo(s) serviço(s) efetivamente prestado(s), em moeda nacional, no prazo de até o 10º (décimo) dia útil, a contar do ateste, configurado pela emissão do Termo de Recebimento Definitivo, por meio de depósito em conta corrente da pessoa jurídica **CONTRATADA**, mediante Ordem Bancária;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

PARÁGRAFO QUINTO - Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária;

PARÁGRAFO SEXTO - O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à **CONTRATADA**, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;

PARÁGRAFO SÉTIMO - Qualquer atraso acarretado por parte da **CONTRATADA** na apresentação da fatura ou da nota fiscal de serviços, ou dos documentos exigidos como condição essencial para o pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação;

PARÁGRAFO OITAVO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela **CONTRATANTE**, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

PARÁGRAFO NONO - Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no Artigo 38 do Decreto nº 93.872/1986;

PARÁGRAFO DÉCIMO - No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal de Serviços, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IRRF-PJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil - RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A fatura mensal poderá sofrer glosas referentes ao mês de competência da prestação de serviços ou de meses anteriores, como, por exemplo, quando da apuração de faltas dos funcionários ou postos com cobertura parcial, durante a jornada



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

diária;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – À **CONTRATANTE**, reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços não estiverem sendo executados de acordo com as especificações apresentadas e aceitas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar seus débitos.

a) A **CONTRATANTE** poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA** nos termos do presente ajuste.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Nas hipóteses de despesas que importarem em retenção de INSS, na forma da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17 de outubro de 2022, como condição para recebimento do valor dos serviços, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE** a nota fiscal / fatura mensal, no prazo de, no mínimo, 20 dias úteis antes da data limite para recolhimento da retenção do INSS, conforme determinado na citada instrução normativa, devendo ainda:

a) apresentar:

I. comprovantes de recolhimento da contribuição para o INSS e FGTS acompanhados dos originais para conferência ou devidamente autenticados, salvo no caso recolhimento on-line, hipótese em que será admitida cópia simples;

II. folha de pagamento nominal de todos os empregados em regime de cessão de mão de obra ou empreitada na **CONTRATANTE**, acompanhados dos originais para conferência ou devidamente autenticados;

III. cópia dos relatórios Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb) concernentes ao objeto da despesa, nos quais deverão constar a **CONTRATANTE** como Tomadora de Serviço;

IV. cópia da folha de ponto, nas hipóteses de cessão de mão de obra;

V. por ocasião da primeira nota fiscal ou sempre que houver contratação de pessoal, cópia da carteira de trabalho ou outro documento idôneo, de modo que comprove que a **CONTRATADA** está fazendo as anotações legalmente exigidas e que está cumprindo suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

VI. cópia dos recibos de entrega dos vales-transporte, dos vales-alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados na convenção coletiva de trabalho, bem como dos pagamentos de férias.

VII. cópia do pagamento das verbas rescisórias, no caso de haver empregados demitidos;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

b) observar que:

I. todos documentos devem ser relativos ao mês da competência imediatamente anterior àquele a que disser respeito a nota fiscal de prestação dos serviços, compatíveis com o efetivo declarado, na forma do parágrafo 4º, artigo 31 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991 e da supracitada IN RFB Nº 2110/2022, e apresentados no prazo do caput do Parágrafo Oitavo, sob pena de ter que arcar a **CONTRATADA** com a multa devida pelo recolhimento de INSS em atraso, mediante desconto do valor devido pela execução do objeto;

II. o valor da retenção será, em regra, o equivalente a 11% do valor bruto da nota fiscal / fatura;

III. as deduções na base de cálculo da retenção do INSS deverão ter por base hipóteses expressamente consignadas na IN RFB nº 2110/2022 e suas alterações, devendo a **CONTRATADA** indicar o dispositivo legal que as autorizam, sempre que instada a fazê-lo, em especial os artigos 149 a 153 da mesma instrução normativa, bem como descrever na nota-fiscal / fatura toda a descrição dos valores a serem deduzidos;

IV. considera-se discriminação no **CONTRATO** os valores nele consignados, relativos ao material ou equipamentos, ou os previstos em planilha à parte, desde que esta seja parte integrante do contrato mediante cláusula nele expressa, consignando os valores de cada item de material ou equipamento;

V. considera-se discriminação na nota fiscal / fatura os valores nela consignados, relativos ao material ou equipamentos, consignando os valores totais dos itens de material ou equipamento;

VI. poderão ser deduzidas da base de cálculo da retenção as parcelas que estiverem discriminadas na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, que correspondam ao custo da alimentação in natura fornecida pela **CONTRATADA**, de acordo com os programas de alimentação aprovados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, conforme Lei nº 6.321, de 1976 e demais legislações pertinentes. Para essa hipótese, deverá a **CONTRATADA** identificar expressamente na nota fiscal/fatura que tais valores correspondem a alimentação concedida “in natura”, em programa aprovado pelo MTE;

VII. apresentação de deduções em desacordo com a instrução normativa, em especial os descritos anteriormente, ensejará a desconsideração da dedução, e o recolhimento da retenção de acordo as disposições legais, em especial as descritas no item II desta alínea;

VIII. em havendo subcontratação, deverão ser encaminhadas as documentações previstas na alínea “a” concernentes às subcontratadas, bem como cópia autenticada da nota fiscal / fatura emitida pela subcontratada;

IX. na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb) gerada pela subcontratada, deverá constar como tomadora de serviços a **CONTRATADA**;

X. a nota fiscal da **CONTRATADA** deverá incluir todos os valores contratados, inclusive os valores concernentes a eventual subcontratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Nas hipóteses previstas na legislação pertinente,



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

quando da emissão da fatura ou nota fiscal de serviços, a **CONTRATADA** deverá também destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de “ISS a ser recolhido por substituição tributária”.

a) A inexistência do destaque de que trata o caput deste parágrafo não impede a retenção por parte da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Na hipótese de extinção do **CONTRATO**, seja pela verificação do termo final ou por qualquer outro motivo, a **CONTRATADA** somente receberá as parcelas a que fizer jus após comprovada a quitação de todos os encargos sociais, fiscais e dívidas trabalhistas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Sempre que a **CONTRATADA** apresentar sua nota fiscal em dissonância com o disposto nesta cláusula, o respectivo documento fiscal será devolvido à **CONTRATADA** para as devidas retificações, devendo, sempre que solicitado, emitir novo documento fiscal, reiniciando-se, dessa forma, o prazo anteriormente previsto

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Ocorrendo a perda do prazo de retenção e de recolhimento do INSS devido sobre o documento fiscal apresentado, em dissonância com o **PARÁGRAFO OITAVO**, por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, poderá a **CONTRATANTE** proceder à glosa do valor correspondente à multa gerada.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – Na hipótese de realização de serviços extraordinários, previamente autorizado pela **CONTRATANTE**, o valor do homem/hora deverá corresponder ao resultado do valor do salário normativo da categoria dividido por 220 (duzentos e vinte), acrescido de 50% (no sábado) e 100% (no domingo). A esse resultado serão acrescidos encargos sociais no percentual de 59%, taxa de administração e lucro, bem como os tributos incidentes previstos no **CONTRATO**.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – Os serviços extraordinários deverão ser faturados em separado com base nas horas efetivamente trabalhadas, apuradas mediante assinatura de ponto. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da folha de pagamento, do comprovante de recolhimento para o INSS e para o FGTS.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - O adicional noturno, quando devido, deverá também ser faturado em separado.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - Caso os serviços extraordinários sejam realizados aos sábados e domingos, os valores referentes a alimentação e transporte ficarão ao encargo da **CONTRATANTE**.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da contratação do objeto deste Pregão correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Procuradoria Regional da República da 2ª Região, previsto na Lei Orçamentária Anual vigente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para cobertura da despesa foi emitida Nota de Empenho nº 2026NE000xxx, de xx/xx/2026, no valor de R\$ xxxxxxxx, e para cobrir despesas de exercícios subsequentes serão emitidas outras Notas de Empenho.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente **CONTRATO** terá a **vigência de 12(doze) meses, de xx/xx/2026 a xx/xx/2027**, sem prejuízo de sua regular publicação a que se refere o art. 94 da Lei 14.133/21, podendo ser prorrogado nas hipóteses e circunstâncias estabelecidas na Lei 14.133/2021, em especial o disposto em seus artigos 105 a 107.

PARÁGRAFO ÚNICO - A cada doze meses será avaliada, em parecer circunstanciado, a necessidade e a qualidade dos serviços e se os valores estão compatíveis com os praticados pelo mercado, para fins de manutenção da avença e repactuação mediante instrumentos próprios.

CLÁUSULA DEZ – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, na forma do art. 156, da Lei nº 14.133/2021:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

a) **Advertência** - quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) **Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 03 (três) anos**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do parágrafo acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União;

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do parágrafo acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos;

d) **Multa**, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

PARÁGRAFO QUARTO – A aplicação da multa prevista não impede que a autoridade competente rescinda o **CONTRATO** e/ou aplique outras penalidades previstas na legislação vigente

PARÁGRAFO QUINTO – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento e prazos previstos na Lei nº 14.133/21, regulamentada pela Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de Setembro de 2023.

PARÁGRAFO SEXTO – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

CLÁUSULA ONZE – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137, da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se o disposto nos artigos 138 e 139 da referida Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, na forma do art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato também poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DOZE – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este **CONTRATO** poderá ser alterado conforme o disposto nos artigos 124 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, na forma do art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, de acordo com o art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TREZE – CLÁUSULA PROIBITIVA DO ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO 37/2009 DO CNMP

É vedado à **CONTRATADA** utilizar, na execução dos serviços objeto do presente **CONTRATO**, empregados que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores da **CONTRATANTE**, observando-se, no que couber, as restrições relativas à



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal.

CLÁUSULA QUATORZE – DO ADITAMENTO

A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, de acordo com o estabelecido no artigo 125, da Lei nº 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As supressões citadas no parágrafo anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no artigo 124, inciso II da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUINZE – DA SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação parcial dos serviços será admitida, com fulcro no art. 122 da Lei nº 14.133/21, restrita ao limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total contratado no mesmo período da apuração deste limite, desde que previamente solicitado e aprovado pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO

O presente **CONTRATO** poderá ser repactuado, por meio de **TERMO ADITIVO**, visando a adequação aos novos preços de mercado, de conformidade com o Decreto n.º 9.507, de 21/09/2018, com a IN 05/2018/SLTI/MPOG e atualizações, bem como das determinações da Auditoria Interna do Ministério Público da União (AUDIN-MPU), ou outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público, em complementação e/ou substituição à mencionada norma, observados o valor dos postos e remunerações dispostas na **CLÁUSULA QUARTA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, conforme estabelece o art. 12 do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018.

a) O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

a.1) da data limite para apresentação da proposta constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrente do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

a.2) da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

b) Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As repactuações serão precedidas de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

a) As planilhas devem evidenciar analiticamente a variação dos componentes, que deverão guardar estrita relação com os valores repassados pela **CONTRATADA** em sua planilha de custos apresentada em licitação, cuja apresentação também é obrigatória.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Elementos formadores de preço não contidos na planilha de custos e formação de preços apresentadas na licitação não poderão ser incluídos quando do pedido de repactuação, e valores apresentados parcialmente, somente poderão ser majorados no limite do percentual/alíquota apresentado(a).

a) Esta vedação é excepcionada quando – por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva – se tornarem obrigatórios novos benefícios.

PARÁGRAFO QUARTO – Anualmente, sobre o valor dos insumos incidirá reajuste de acordo com o Índice Nacional da Construção Civil – INCC, acumulado nos últimos 12 meses, veiculado pela Fundação Getúlio Vargas, nos termos do item 8 do Ofício-Circular AUDIN-MPU nº 11/2007.

a) A **CONTRATANTE** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUINTO – O pedido de repactuação, além da nova planilha de custos e formação de preços, deve vir acompanhado da cópia autenticada do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho em que se baseia, bem como daquele em que se baseou a planilha de custos e formação de preços apresentada na licitação.

a) A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

PARÁGRAFO SEXTO – Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pela **CONTRATADA** do aumento dos custos, considerando-se:

- a) os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- b) a nova planilha com a variação dos custos apresentada pela **CONTRATADA**;
- c) indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo médio de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

a) Este prazo ficará suspenso enquanto a **CONTRATADA** não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela **CONTRATANTE** para a comprovação da variação dos custos.

b) A **CONTRATANTE** poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Reconhecimento de Dívida.

b.1) Nesta hipótese, o período que a proposta permanecer sob a análise da **CONTRATANTE** será contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.

PARÁGRAFO OITAVO – As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

PARÁGRAFO NONO – Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

c.1) Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

PARÁGRAFO DÉCIMO – As repactuações a que a contratada fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/21.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – O pedido de repactuação deverá ser instruído minimamente com os seguintes documentos:

- a) Cópia da nova convenção coletiva, devidamente homologada e registrada no Ministério do Trabalho e Emprego, constando o respectivo número de registro no Ministério aludido;
- b) Cópia do Ato Normativo que reajustar tarifas de transporte;
- c) Comprovantes de reajuste dos insumos de mão de obra e materiais de limpeza, que poderão ser cópias de notas fiscais pagas pela **CONTRATADA**;
- d) Cópia dos comprovantes dos demais componentes a serem repactuados.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – As cópias dos documentos referidos no parágrafo anterior deverão ser referir à data da licitação ou última repactuação e à data solicitação da nova repactuação, a fim de facilitar a conferência da atualização de valores respectiva.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Após o primeiro ano de contrato, a **CONTRATADA** poderá manter o percentual de 10% cotado à época da licitação para os itens de aviso prévio indenizado e trabalhado, além de itens incidentes (Parecer Audin nº 6/2018, item 6). Nada obstante, aquele percentual não atinge os itens relativos às multas sobre FGTS. Já os itens que se enquadrem como custos não renováveis, tal como "Equipamentos", dentre outros previstos no edital que embasou a contratação deverão ser zerados da planilha de custos.

CLÁUSULA DEZESSETE – DA GARANTIA CONTRATUAL

Exclusivamente e para fiel cumprimento dos termos do presente contrato, a Contratada presta neste ato garantia na modalidade seguro-garantia, ou as demais espécies legalmente previstas, de acordo com o art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/21, no valor R\$ xxxxxxxx(xxxxxxxxxxxxxxx), correspondente a 5% do valor global da contratação, na forma definida pela **CONTRATADA**, conforme Art. 96 da Lei nº 14.133/21.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A garantia prestada pela **CONTRATADA**, que deverá ter validade até 3 (três) meses após o término da vigência contratual, somente será liberada ou restituída após a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, sendo tal garantia utilizada para o pagamento dessas verbas caso o mesmo não seja realizado até o segundo mês após o fim da vigência do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia mencionada nesta cláusula deverá assegurar o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;
- e) a inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);
- f) o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias após a assinatura do Contrato autoriza a Administração a promover a sua rescisão por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 137 da Lei nº 14.133/21;

CLÁUSULA DEZOITO – PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

A **CONTRATANTE**, atuando como controlador, e a **CONTRATADA**, atuando na condição de operadora, comprometem-se a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes, e, de forma específica para a **CONTRATANTE**, o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

1 No tratamento de dados pessoais que forem confiados pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** se obriga a:

- realizar o tratamento de dados pessoais estritamente para as finalidades estabelecidas neste contrato, observando fielmente as diretrizes e instruções transmitidas pela **CONTRATANTE**;
- adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas da **CONTRATANTE** e nos instrumentos contratuais, tais como: (i) mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade, (ii) anonimização, pseudonimização e criptografados dados pessoais, quando aplicável, (iii) recursos que permitam a restauração da disponibilidade e do acesso aos dados pessoais de forma rápida em caso de incidente, e (iv) processo de verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais;
- manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de conexão e de acesso a aplicações, o arquivo acessado, o momento, a duração, o motivo, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso, consulta ou divulgação, e a identidade dos destinatários dos dados, se for o caso;
- facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados;
- permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pela **CONTRATANTE** ou por quem por ele autorizado; ou comprovar a conformidade com a LGPD, quando requerida pela **CONTRATANTE**;
- compartilhar com a **CONTRATANTE** qualquer requisição de titular de dados pessoais, bem como auxiliar, sempre que demandado, no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do pedido;
- comunicar, de maneira formal e imediata, ao Encarregado de Proteção de Dados Pessoais da **CONTRATANTE**, com tolerância de no máximo 2 dias úteis, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções, devendo a comunicação conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do incidente, (ii) data e hora da ciência pela **CONTRATADA**, (iii) relação dos tipos de dados pessoais afetados pelo incidente, (iv) quantidade de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação desses indivíduos, (v) dados de contato do Encarregado da **CONTRATADA** ou, não havendo Encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido, (vi) descrição das possíveis consequências do incidente, e (vii) medidas que estão sendo tomadas para a mitigação dos riscos ou a reversão dos efeitos;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

- informar os motivos da demora, no caso de a comunicação referente ao item anterior não ter sido imediata;
- anonimizar ou devolver para a **CONTRATANTE** todos os dados pessoais que lhe foram confiados e descartar, de forma irrecuperável, as cópias, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual, a não ser que a conservação dos dados seja decorrente de uma obrigação legal;
- não transferir ou compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**, assumindo todos os ônus decorrentes de qualquer compartilhamento que venha a realizar;
- caso autorizada a subcontratação, impor ao subcontratado as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados presentes nesse instrumento contratual;
- não realizar transferência internacional de dados pessoais sem prévia autorização da **CONTRATANTE**; e
- registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações das autoridades competentes.

2 A **CONTRATANTE** pode requisitar, a qualquer tempo, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à **CONTRATADA**, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.

3 A **CONTRATADA** é obrigada a reparar os danos causados à **CONTRATANTE** e aos titulares de dados pessoais em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação da legislação de proteção de dados pessoais ou deste contrato, seja diretamente ou por meio de seus empregados, representantes ou terceiros contratados.

CLÁUSULA DEZENOVE – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VINTE – FORO

Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir as questões derivadas deste **CONTRATO**, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo de Contrato, firmado pelas partes abaixo, por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF.

Rio de Janeiro, xx de xxxxxxxx de 2026.

CONTRATANTE
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA-2ª REGIÃO
Oto Fábio Rocha Matos – Secretário Regional

CONTRATADA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Fiscal Técnico



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E APROVAÇÃO DO CONTRATO

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, **AUTORIZA E APROVA O TERMO ADITIVO**, em cumprimento às disposições do Artigo 33, Inciso XVII, do Regimento Interno do Ministério Público Federal.

Rio de Janeiro, xx de xxxxxxxx de 2026

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Procurador-Chefe Regional



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

ANEXO III

MODELO DECLARAÇÃO A SER ENVIADO NA FASE DE HABILITAÇÃO

(em papel timbrado da licitante)

DECLARO, nos termos das Resoluções nº 01, de 07 de novembro de 2005, nº 07, de 17 de abril de 2006, nº 37, de 28 de abril de 2009, e nº 172, de 04 de julho de 2017, todas do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação de prestação de serviços junto à Procuradoria Regional da República – 2ª Região, que os sócios de nossa empresa, bem como seus gerentes e diretores não são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, até o terceiro grau, de membros, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, dos órgãos do Ministério Público da União (Ministério Público Federal, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios).

DECLARO, que, no ano corrente, ainda não celebramos contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

DECLARO possuir escritório na cidade do Rio de Janeiro, no seguinte endereço:

(ou)

DECLARO que será instalado escritório na cidade do Rio de Janeiro, até o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da vigência do contrato.

(Local/Data/Assinatura/Nome Legível/CPF)

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

CNPJ Nº



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2026

**ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE**

(deverá ser enviada na fase de aceitação)
(em papel timbrado da licitante)

_____ (Nome da Empresa)
sediada na _____
_____ (Endereço Completo)
inscrita no CNPJ sob o número _____, declara, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –MPOG e Decreto nº 7.746 de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23/08/2021, ou de norma específica (art. 2º, IN 13/2021).

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Declarante

Nome Completo do Declarante

Cargo do Declarante



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

ANEXO V-A

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

A **PRR2**, declara que o
licitante _____ CNPJ _____
_____/_____, através do seu Representante Legal,
_____,
RG _____ / _____, vistoriou os locais onde serão executados os serviços
objeto do Pregão nº _____ / _____, tomando conhecimento das condições e características dos
serviços a serem executados.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante da PRR2

Declaro ter realizado a vistoria, para participação no certame licitatório, ocasião em que me foram prestadas todas as informações solicitadas, estando ciente das condições e características dos serviços a serem executados, referentes ao objeto discriminado no Edital de Licitação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

**ANEXO V-B
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA**

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO LOCAL

A empresa: _____ inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu Representante legal ou preposto, o Sr(a) _____, portador da identidade nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto do Pregão Eletrônico nº **90002/2026**. Declara ainda que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

(Nome Completo do Responsável ou preposto)
Assinatura



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2026

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
(em papel timbrado da licitante)

Declaro que a empresa _____, inscrita no
CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____,
estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a
iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do contrato
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Valor total dos Contratos R\$ _____

(Local/Data/Assinatura/Nome Legível/CPF)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2026

ANEXO VII-A
PROPOSTA COMERCIAL PADRÃO
(em papel timbrado da licitante)

Pela presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei nº 14.133/2021, bem como de suas atualizações, propondo à Procuradoria Regional da República da 2ª Região a execução do objeto desta licitação, obedecendo às estipulações do correspondente Edital e asseverando que:

- 1 No preço final de nossos serviços estão inclusos todos os custos diretos ou indiretos, os tributos e demais encargos fiscais e trabalhistas, bem como todos os itens e equipamentos necessários à perfeita prestação do objeto licitado.
- 2 O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, contado da data de sua apresentação.
- 3 Caso nos venha a ser adjudicado o objeto do Pregão n.º **90002/2026**, ele será executado inteiramente de acordo com o seu Edital e seus Anexos.
- 4 Temos plenas condições de prestar os serviços nos prazos contidos no Anexo I deste Edital (Termo de Referência), após a assinatura do contrato.
- 5 Nosso preço global anual para fornecimento dos serviços e materiais relacionados no Pregão n.º **90002/2026** é de **R\$** _____ (_____), conforme planilhas orçamentárias anexadas a seguir.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA - 2ª REGIÃO
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS**

DESCRIÇÃO DO ITEM/SERVIÇO	VALOR MENSAL
Serviços continuados de operação e manutenção preventiva e corretiva, com disponibilização de mão de obra residente, fornecimento de peças (mediante ressarcimento), ferramentas, insumos, materiais de consumo e softwares de diagnóstico, para a totalidade do sistema de climatização da Procuradoria Regional da República – 2ª Região, situada na Avenida Almirante Barroso, nº 54 – Centro, Rio de Janeiro-RJ (Ed. Valparaíso), contemplando os sistemas do tipo VRF (Variable Refrigerant Flow), splits, sistema de renovação de ar e cortinas de vento de todos os pavimentos, bem como os equipamentos de climatização (ar-condicionado e cortinas de vento) do pavimento térreo da sede situada à Rua México, 158, Centro, Rio de Janeiro-RJ, visando atender às necessidades destas Unidades, na forma do Edital e seus Anexos.	R\$ _____, __
TOTAL GLOBAL ANUAL	R\$ _____, __

Anexar Planilhas de Custos e Formação de Preços – Conforme Modelo abaixo

Anexo VII-B

As planilhas deverão compor os valores dos pisos salariais, encargos sociais, tributos, insumos e equipamentos conforme estabelecido nas planilhas orçamentárias deste edital (Anexo VII-B), obedecendo às normas legais pertinentes e, no que não lhes forem contrárias, os valores de mercado e os custos gerenciais da licitante.

Na forma do item 4.24, do Termo de Referência (Anexo I), somente serão aceitas propostas que adotarem, na planilha de custos e formação de preços (PCFP), valor igual, ou superior, para os itens SALÁRIO e AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO, ao fixado pela Convenção Coletiva de Trabalho SINDISTAL/SINTRAINDISTAL-RJ 2025/2027 (Registro MTE RJ001394/2025), com alicerce no ACÓRDÃO Nº 1207/2024 – TCU – Plenário, como também no desenvolvimento nacional sustentável gravado no art. 5º, da Lei 14.133/21.

(Local/Data/Assinatura)

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

CNPJ N.º:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

BANCO/AGÊNCIA/CONTA CORRENTE (nomes e n.ºs)

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL		
A	Data de Apresentação da Proposta (DD/MM/AAAA)	DD/MM/AAAA
B	Local de Execução (Sede, Anexo I ou II, PTM, PRM)	Procuradoria Regional da República - 2ª Região, situada na Avenida Almirante Barroso, 54 – Centro, Rio de Janeiro-RJ, e Rua México, 158, Centro, Rio de Janeiro.
C	Acordo, Conv. ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo (MM/AAAA)	Sindistal
D	Número de Meses de Execução Contratual	12
E	Quantidade de Postos	1

CUSTOS

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Supervisor Técnico de Climatização
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	9101-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 4.196,77
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Supervisor Técnico de Climatização
5	Data-Base da Categoria (DD/MM/AAAA)	01/03/25

Composição da Remuneração		
A	Salário-Base (em R\$)	R\$ 4.196,77
B	Adicional de Periculosidade (em %)	0,00%
C	Adicional Noturno (em %)	0

Benefícios Diários e Mensais por Empregado		Frequência	Valor (R\$)
A	Transporte	Diária	R\$ 0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Diária	R\$ 19,41
C	Outros (especificar)	Mensal	R\$ 0,00

Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	EPI	R\$ 0,00
B	Equipamentos	R\$ 0,00
C	Material de Consumo	R\$ 0,00

Ausências Legais		%
A	Outros (especificar)	

Tributos		%
A	ISS do local da execução contratual	5

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
EMPREGADOS POR POSTO	2

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	R\$ 4.196,77
B	Adicional de Periculosidade (30%)	R\$ 0,00
C	Adicional Noturno (20%)	0,00
D	Adicional de Hora Noturna Reduzida (em %)	0,00
TOTAL		R\$ 4.196,77

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	0,00	R\$ 0,00
B	Férias e Adicional de Férias	0,00	R\$ 0,00
Subtotal		0,00	R\$ 0,00
C	Incidência do Submódulo 2.2 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	0,00	R\$ 0,00
TOTAL		0,00	R\$ 0,00
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições			
2.2	Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	0,00	R\$ 0,00
B	Salário Educação	0,00	R\$ 0,00
C	Riscos Ambientais do Trabalho (RAT X FAP)	0,00	R\$ 0,00
D	SESC	0,00	R\$ 0,00
E	SENAC	0,00	R\$ 0,00
F	SEBRAE	0,00	R\$ 0,00
G	INCRA	0,00	R\$ 0,00
H	FGTS	0,00	R\$ 0,00
TOTAL		0,00	R\$ 0,00

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 427,02
C	Outros (especificar)	R\$ 0,00
TOTAL		R\$ 427,02

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,00	R\$ 0,00
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00	R\$ 0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,00	R\$ 0,00
E	Incidência dos Encargos do Submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,00	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00	R\$ 0,00
Subtotal		0,00	R\$ 0,00
G	Incidência do Submódulo 2.2 sobre Provisão para Rescisão	0,00	R\$ 0,00
TOTAL		0,00	R\$ 0,00

MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Férias	0,00	R\$ 0,00
B	Ausências Legais	0,00	R\$ 0,00
C	Licença-Paternidade	0,00	R\$ 0,00
D	Ausência por Acidente de Trabalho	0,00	R\$ 0,00
E	Afastamento Maternidade	0,00	R\$ 0,00
F	Outros (especificar)	0,00	R\$ 0,00
Subtotal		0,00	R\$ 0,00
G	Incidência do Submódulo 2.2 sobre Ausências Legais	0,00	R\$ 0,00
TOTAL		0,00	R\$ 0,00

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPIs	R\$ 0,00
B	Equipamentos	R\$ 0,00
C	Material de Consumo	R\$ 0,00
TOTAL		R\$ 0,00

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00	R\$ 0,00
B	Lucro	0,00	R\$ 0,00
C	Tributos	0,00	R\$ 0,00
C.1	PIS	0,00	R\$ 0,00
C.2	Cofins	0,00	R\$ 0,00
C.3	ISS	0,00	R\$ 0,00
TOTAL		0,00	0,00

QUADRO RESUMO - CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por posto)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ 4.196,77
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 427,02
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	R\$ 0,00
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 0,00
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ 0,00
F	Módulo 6.C – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 0,00
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 4.623,79
VALOR TOTAL		R\$ 4.623,79

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL		
A	Data de Apresentação da Proposta (DD/MM/AAAA)	
B	Local de Execução (Sede, Anexo I ou II, PTM, PRM)	Procuradoria Regional da República - 2ª Região, situada na Avenida Almirante Barroso, 54 – Centro, Rio de Janeiro-RJ, e Rua México, 158, Centro, Rio de Janeiro.
C	Acordo, Conv. ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo (MM/AAAA)	Sindistal
D	Número de Meses de Execução Contratual	12
E	Quantidade de Postos	3

CUSTOS

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Técnico de Refrigeração
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	3141-15
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 3.415,12
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Técnico de Refrigeração
5	Data-Base da Categoria (DD/MM/AAAA)	01/03/25

Composição da Remuneração		
A	Salário-Base (em R\$)	R\$ 3.415,12
B	Adicional de Periculosidade (em %)	0,00%
C	Adicional Noturno (em %)	0

Benefícios Diários e Mensais por Emprego		Frequência	Valor (R\$)
A	Transporte	Diária	R\$ 0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Diária	R\$ 19,41
C	Outros (especificar)	Mensal	R\$ 0,00

Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	EPI	R\$ 0,00
B	Equipamentos	R\$ 0,00
C	Material de Consumo	R\$ 0,00

Ausências Legais		%
A	Outros (especificar)	

Tributos		%
A	ISS do local da execução contratual	5

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
EMPREGADOS POR POSTO	3

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	R\$ 3.415,12
B	Adicional de Periculosidade (30%)	R\$ 0,00
C	Adicional Noturno (20%)	0,00
D	Adicional de Hora Noturna Reduzida (em %)	0,00
TOTAL		R\$ 3.415,12

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	0,00	R\$ 0,00
B	Férias e Adicional de Férias	0,00	R\$ 0,00
Subtotal		0,00	R\$ 0,00
C	Incidência do Submódulo 2.2 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	0,00	R\$ 0,00
TOTAL		0,00	R\$ 0,00

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições			
2.2	Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	0,00	R\$ 0,00
B	Salário Educação	0,00	R\$ 0,00
C	Riscos Ambientais do Trabalho	0,00	R\$ 0,00
D	SESC	0,00	R\$ 0,00
E	SENAC	0,00	R\$ 0,00
F	SEBRAE	0,00	R\$ 0,00
G	INCRA	0,00	R\$ 0,00
H	FGTS	0,00	R\$ 0,00
TOTAL		0,00	R\$ 0,00

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários	
2.3	Benefícios Mensais e Diários

Valor (R\$)	
-------------	--

A	Transporte	R\$ 0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 427,02
C	Outros (especificar)	R\$ 0,00
TOTAL		R\$ 427,02

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,00	R\$ 0,00
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00	R\$ 0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,00	R\$ 0,00
E	Incidência dos Encargos do Submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,00	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00	R\$ 0,00
Subtotal		0,00	R\$ 0,00
G	Incidência do Submódulo 2.2 sobre Provisão para Rescisão	0,00	R\$ 0,00
TOTAL		0,00	R\$ 0,00

MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Férias	0,00	R\$ 0,00
B	Ausências Legais	0,00	R\$ 0,00
C	Licença-Paternidade	0,00	R\$ 0,00
D	Ausência por Acidente de Trabalho	0,00	R\$ 0,00
E	Afastamento Maternidade	0,00	R\$ 0,00
F	Outros (especificar)	0,00	R\$ 0,00
Subtotal		0,00	R\$ 0,00
G	Incidência do Submódulo 2.2 sobre Ausências Legais	0,00	R\$ 0,00
TOTAL		0,00	R\$ 0,00

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPIs	R\$ 0,00
B	Equipamentos	R\$ 0,00
C	Material de Consumo	R\$ 0,00
TOTAL		R\$ 0,00

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00	R\$ 0,00
B	Lucro	0,00	R\$ 0,00
C	Tributos	0,00	R\$ 0,00
C.1	PIS	0,00	R\$ 0,00
C.2	Cofins	0,00	R\$ 0,00
C.3	ISS	0,00	R\$ 0,00
TOTAL		0,00	0,00

QUADRO RESUMO - CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por posto)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ 3.415,12
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 427,02
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	R\$ 0,00
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 0,00
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ 0,00
F	Módulo 6.C – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 0,00
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 3.842,14
VALOR TOTAL		R\$ 11.526,42

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL		
A	Data de Apresentação da Proposta (DD/MM/AAAA)	DD/MM/AAAA
B	Local de Execução (Sede, Anexo I ou II, PTM, PRM)	Procuradoria Regional da República - 2ª Região, situada na Avenida Almirante Barroso, 54 – Centro, Rio de Janeiro-RJ, e Rua México, 158, Centro, Rio de Janeiro.
C	Acordo, Conv. ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo (MM/AAAA)	Sindistal
D	Número de Meses de Execução Contratual	12
E	Quantidade de Postos	2

CUSTOS

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Auxiliar de Refrigeração
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	9112-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.694,86
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Auxiliar de Refrigeração
5	Data-Base da Categoria (DD/MM/AAAA)	2024/2025

Composição da Remuneração		
A	Salário-Base (em R\$)	R\$ 2.694,86
B	Adicional de Periculosidade (em %)	0,00%
C	Adicional Noturno (em %)	0

Benefícios Diários e Mensais por Empregado		Frequência	Valor (R\$)
A	Transporte	Diária	R\$ 0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Diária	R\$ 19,41
C	Outros (especificar)	Mensal	R\$ 0,00

Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes	R\$ 0,00
B	Equipamentos	R\$ 0,00
D	Material de Consumo	R\$ 0,00

Ausências Legais		%
A	Outros (especificar)	

Tributos		%
A	ISS do local da execução contratual	5

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
EMPREGADOS POR POSTO	2

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	R\$ 2.694,86
B	Adicional de Periculosidade (30%)	R\$ 0,00
C	Adicional Noturno (20%)	0,00
D	Adicional de Hora Noturna Reduzida (em %)	0,00
TOTAL		R\$ 2.694,86

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º Salário	0,00	R\$ 0,00
B	Férias e Adicional de Férias	0,00	R\$ 0,00
Subtotal		0,00	R\$ 0,00
C	Incidência do Submódulo 2.2 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	0,00	R\$ 0,00
TOTAL		0,00	R\$ 0,00

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Outras Contribuições			
2.2	Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	0,00	R\$ 0,00
B	Salário Educação	0,00	R\$ 0,00
C	Riscos Ambientais do Trabalho	0,00	R\$ 0,00
D	SESC	0,00	R\$ 0,00
E	SENAC	0,00	R\$ 0,00
F	SEBRAE	0,00	R\$ 0,00
G	INCRA	0,00	R\$ 0,00
H	FGTS	0,00	R\$ 0,00
TOTAL		0,00	R\$ 0,00

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		
2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	R\$ 0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	R\$ 427,02
C	Outros (especificar)	R\$ 0,00
TOTAL		R\$ 427,02

MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,00	R\$ 0,00
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00	R\$ 0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,00	R\$ 0,00
E	Incidência dos Encargos do Submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,00	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00	R\$ 0,00
Subtotal		0,00	R\$ 0,00
G	Incidência do Submódulo 2.2 sobre Provisão para Rescisão	0,00	R\$ 0,00
TOTAL		0,00	R\$ 0,00

MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Férias	0,00	R\$ 0,00
B	Ausências Legais	0,00	R\$ 0,00
C	Licença-Paternidade	0,00	R\$ 0,00
D	Ausência por Acidente de Trabalho	0,00	R\$ 0,00
E	Afastamento Maternidade	0,00	R\$ 0,00
F	Outros (especificar)	0,00	R\$ 0,00
Subtotal		0,00	R\$ 0,00
G	Incidência do Submódulo 2.2 sobre Ausências Legais	0,00	R\$ 0,00
TOTAL		0,00	R\$ 0,00

MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS		
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes e EPIs	R\$ 0,00
B	Equipamentos	R\$ 0,00
C	Material de Consumo	R\$ 0,00
TOTAL		R\$ 0,00

MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00	R\$ 0,00
B	Lucro	0,00	R\$ 0,00
C	Tributos	0,00	R\$ 0,00
C.1	PIS	0,00	R\$ 0,00
C.2	Cofins	0,00	R\$ 0,00
C.3	ISS	0,00	R\$ 0,00
TOTAL		0,00	0,00

QUADRO RESUMO - CUSTO POR EMPREGADO

Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por posto)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	R\$ 2.694,86
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 427,02
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	R\$ 0,00
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 0,00
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	R\$ 0,00
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 0,00
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 3.121,88
VALOR TOTAL		R\$ 6.243,76

RELAÇÃO DE UNIFORMES E EPIs

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Custo Unit Mediano	Custo Total
1	Luvas de segurança	par	4	R\$ -	R\$ -
2	Óculos de segurança	unidade	2	R\$ -	R\$ -
3	Máscara de segurança PFF2	unidade	2	R\$ -	R\$ -
4	Protetor auricular	par	4	R\$ -	R\$ -
5	Botina de segurança	par	2	R\$ -	R\$ -
6	Cinturão tipo paraquedista	unidade	1	R\$ -	R\$ -
7	Calça Jeans	unidade	3	R\$ -	R\$ -
8	Camisa polo	unidade	5	R\$ -	R\$ -
ESTIMATIVA ANUAL					R\$ 0,00
CUSTO MENSAL					R\$ 0,00

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS						
Item	Descrição	Unidade	Qtd.	Custo Unit Mediano		Custo Total
1	Notebook	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
2	Multímetro digital	Unidade	2	R\$	-	R\$ -
3	Capacímetro digital	Unidade	2	R\$	-	R\$ -
4	Alicate amperímetro	Unidade	2	R\$	-	R\$ -
5	Manifold digital com vacuômetro	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
6	Bomba de vácuo profissional duplo estágio 12 CFM	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
7	Detector de vazamento de fluido refrigerante	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
8	Recolhedora de gás refrigerante 1HP	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
9	Trena metálica com 5 metros	Unidade	2	R\$	-	R\$ -
10	Estilete	Unidade	5	R\$	-	R\$ -
11	Pincel de nylon 2”	Unidade	12	R\$	-	R\$ -
12	Alicate universal	Unidade	3	R\$	-	R\$ -
13	Alicate de bico	Unidade	3	R\$	-	R\$ -
14	Alicate de corte	Unidade	3	R\$	-	R\$ -
15	Alicate prensa terminal (Vonder ou similar)	Unidade	2	R\$	-	R\$ -
16	Alicate de pressão	Unidade	2	R\$	-	R\$ -
17	Jogo de chaves allen 9 Peças	Unidade	2	R\$	-	R\$ -
18	Jogo de chaves Philips – 5 Peças	kits	2	R\$	-	R\$ -
19	Jogo de chaves de fenda – 5 Peças	kits	2	R\$	-	R\$ -
20	Jogo de chaves cotoco com fenda e Philips	kits	2	R\$	-	R\$ -
21	Jogo de chaves estrela 6 a 22mm – Kit 8 peças	kits	2	R\$	-	R\$ -
22	Jogo de chaves canhão a 13mm – Kit 6 peças	kits	2	R\$	-	R\$ -
23	Jogo de chave de boca 6 a 22mm – Kit 8 peças	kits	2	R\$	-	R\$ -
24	Jogo de soquetes completo 22 peças	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
25	Jogo de chaves sindal fenda e Phillips	kits	2	R\$	-	R\$ -
26	Tesoura de cortar chapa	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
27	Escova de aço manual	Unidade	2	R\$	-	R\$ -
28	Bolsa coletora para evaporadora cassete	Unidade	2	R\$	-	R\$ -
29	Bolsa coletora para evaporadora hi-wall	Unidade	2	R\$	-	R\$ -
30	Bolsa coletora para evaporadora piso-teto	Unidade	2	R\$	-	R\$ -
31	Bolsa de ferramentas profissional	Unidade	3	R\$	-	R\$ -
32	Chave inglesa 8”	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
33	Chave inglesa 10”	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
34	Chave inglesa 16”	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
35	Martelo comum	Unidade	2	R\$	-	R\$ -
36	Arco de serra	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
37	Serra para arco de serra	Unidade	6	R\$	-	R\$ -
38	Serrote para gesso Drywall 6”	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
39	Extensão elétrica profissional 30 metros com tomada de 10A e 20A	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
40	Guia passa-fio 30m com alma de aço	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
41	Lavadora de Alta Pressão 1400W ou maior (Wap ou similar)	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
42	Lavadora de Alta Pressão Portátil a Bateria	Unidade	2	R\$	-	R\$ -
43	Parafusadeira sem fio com kit de brocas e pontas	Unidade	2	R\$	-	R\$ -
44	Furadeira elétrica com jogo de brocas (Bosch, Makita ou similar)	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
45	Soprador térmico	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
46	Aspirador de pó (pó e água)	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
47	Ferro de solda profissional	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
48	Solda estanho em fio – Rolo 500g	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
49	Kit Flangeador e Alargador de Tubos de Cobre	kit	1	R\$	-	R\$ -
50	Conjunto PPU Solda Oxi/Acetileno completo	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
51	Kit portátil de solda para refrigeração completo	kit	2	R\$	-	R\$ -
52	Refil Maçarico para Kit de Solda Refrigeração – 400g	Unidade	6	R\$	-	R\$ -
53	Kit Lanterna e espelho telescópico	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
54	Termômetro infravermelho digital	Unidade	2	R\$	-	R\$ -
55	Termômetro digital Penta 5 sensores	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
56	Anemômetro portátil digital	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
57	Balança digital para refrigeração	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
58	Placa de sinalização “em manutenção”	Unidade	2	R\$	-	R\$ -
59	Escada portátil de alumínio 8 degraus	Unidade	1	R\$	-	R\$ -
60	Escada portátil de alumínio 5 degraus	Unidade	2	R\$	-	R\$ -
ESTIMATIVA ANUAL					R\$ 0,00	
CUSTO MENSAL					R\$ 0,00	

RELAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO						
Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Custo Unit Mediano		Custo Total
1	Fluido refrigerante (R-410)	Garrafa 11,3 kg de	12	R\$	-	R\$ -
2	Fluido refrigerante (R-32)	Cilindro 9,5 kg de	4	R\$	-	R\$ -
3	Nitrogênio - Cilindro 1m³ com regulador de pressão	unidade	2	R\$	-	R\$ -
4	Óleo para compressores VG 32 (Montreal ou similar)	litro	4	R\$	-	R\$ -
5	Graxa - Pote 1 kg	unidade	3	R\$	-	R\$ -
6	Desengripante antiferrugem spray 300ml (WD-40 ou similar)	unidade	6	R\$	-	R\$ -
7	Pasta térmica 100g (Implastec ou similar)	unidade	12	R\$	-	R\$ -
8	Spray limpa-contato – Lata 300ml	lata	12	R\$	-	R\$ -
9	Limpador multiuso 500ml	unidade	12	R\$	-	R\$ -
10	Detergente para limpeza de serpentinas – 1 litro (Zentith, etc)	litro	10	R\$	-	R\$ -
11	Bactericida higienização de filtros - Galão 5 litros	unidade	5	R\$	-	R\$ -
12	Fita Veda Rosca	Rolo 50 metros	2	R\$	-	R\$ -
13	Fita isolante (3M ou similar)	rolo 20 metros	6	R\$	-	R\$ -
14	Fita Silver Tape (3M ou similar)	Rolo 25m	12	R\$	-	R\$ -
15	Fita PVC Branca	Rolo 10 m	10	R\$	-	R\$ -
16	Fita PVC Preta	Rolo 10 m	20	R\$	-	R\$ -
17	Tubo elastomérico 3/8"	unidade	5	R\$	-	R\$ -
18	Tubo elastomérico 5/8"	unidade	5	R\$	-	R\$ -
19	Tubo elastomérico 7/8"	unidade	10	R\$	-	R\$ -
20	Tubo elastomérico 1"	unidade	5	R\$	-	R\$ -
21	Joelho soldável marrom 25 mm	unidade	10	R\$	-	R\$ -
22	Joelho soldável marrom 32 mm	unidade	10	R\$	-	R\$ -
23	Luva soldável marrom 25 mm	unidade	10	R\$	-	R\$ -
24	Luva soldável marrom 40 mm	unidade	10	R\$	-	R\$ -
25	Panos para limpeza	unidade	50	R\$	-	R\$ -
26	Lixas de ferro nº 120	unidade	5	R\$	-	R\$ -
27	Abraçadeiras de nylon 15cm – Pacote com 100 unidades	unidade	5	R\$	-	R\$ -
28	Terminal elétrico tipo macho e fêmea 4mm	unidade	20	R\$	-	R\$ -
29	Terminal elétrico tipo macho e fêmea 6mm	unidade	20	R\$	-	R\$ -
30	Terminal elétrico tipo anilha 4mm	unidade	20	R\$	-	R\$ -
31	Terminal elétrico tipo anilha 6mm	unidade	20	R\$	-	R\$ -
32	Solda Foscooper para tubulação de cobre (vareta 46cm)	unidade	50	R\$	-	R\$ -
33	Pasta Fluxo de solda Foscooper – Frasco 100g	unidade	1	R\$	-	R\$ -
34	Adesivo para PVC – Frasco 175g	unidade	2	R\$	-	R\$ -
35	Adesivo instantâneo 20g (Tek Bond ou Similar)	unidade	3	R\$	-	R\$ -
ESTIMATIVA ANUAL						R\$ 0,00
CUSTO MENSAL						R\$ 0,00

VALOR MENSAL DOS POSTOS				
POSTO	REMUNERAÇÃO	VALOR DO POSTO	QUANTIDADE DE POSTOS	VALOR TOTAL
Supervisor Técnico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	1	R\$ 0,00
Técnico de Refrigeração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	3	R\$ 0,00
Auxiliar de Refrigeração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	2	R\$ 0,00
TOTAL MENSAL	R\$ 0,00			
TOTAL ANUAL	R\$ 0,00			